UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

LIDIANE MARIA DOS SANTOS FARIAS

INTELECTUAIS NEGROS/AS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E SILENCIAMENTO

João Pessoa – PB
2026

LIDIANE MARIA DOS SANTOS FARIAS

INTELECTUAIS NEGROS/AS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E SILENCIAMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Diego dos Santos Reis

João Pessoa – PB
2026

FICHA CATALOGRÁFICA

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F224i Farias, Lidiane Maria dos Santos.
Intelectuais negros/as e suas contribuições para a educação brasileira: memória, resistência e silenciamento / Lidiane Maria dos Santos Farias. - João Pessoa, 2026.
66 f. : il.

Orientação: Diego dos Santos Reis.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Intelectuais negros/as. 2. Educação brasileira. 3. Epistemicídio. 4. Currículo. I. Reis, Diego dos Santos. II. Título.

UFPB/CE CDU 37(81)(043.2)

Elaborado por SUELEÉM VIEIRA MOURA BRITO - CRB-15/397

LIDIANE MARIA DOS SANTOS FARIAS

INTELECTUAIS NEGROS/AS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E SILENCIAMENTO

Data de aprovação: 17/08/2026

BANCA EXAMINADORA

gov.br Documento assinado digitalmente
DIEGO DOS SANTOS REIS
Data: 02/09/2026 22:33:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Diego dos Santos Reis (DFE/CE/UFPB - Orientador)

Profa. Dra. Dayana Raquel Pereira de Lima (DFE/UFPB - Examinadora)

Prof. Dr. Alexandre Macedo Pereira (DHP/UFPB - Examinador)

JOÃO PESSOA
2026

AGRADECIMENTOS

A Deus, toda honra e toda glória. Foi ele quem sustentou meus passos, renovou minhas forças e permaneceu comigo em todos os momentos desta caminhada. Cada conquista que hoje celebro é, antes de tudo, fruto da sua graça.

À minha mãe, Edvânia Maria dos Santos, por todo o amor, cuidado e dedicação que sempre me ofereceu. Sou profundamente grata por cada renúncia, por cada gesto de carinho e por tudo o que fez para que eu pudesse sonhar mais alto. As asas que a vida não lhe permitiu ter, ela me ajudou a construir, para que eu pudesse voar. Cada conquista minha também carrega um pouco da sua história.

À minha avó, Maria José da Conceição, *in memoriam*. Tudo o que sou devo, em grande parte, ao amor, aos ensinamentos e aos valores que recebi dela. Sua ausência deixa uma saudade que permanecerá para sempre, mas sua presença continua viva em mim, em minhas escolhas e em cada conquista que alcanço. Este trabalho também é seu.

À minha família, aos amigos e a todas as pessoas que fizeram parte desta trajetória, minha mais sincera gratidão. Alguns estavam presentes desde o início; outros chegaram ao longo do caminho. Cada palavra de incentivo, cada gesto de cuidado, cada conselho, cada oração, cada abraço e cada comemoração das minhas conquistas tornaram essa caminhada mais leve e significativa. Sou profundamente grata por ter encontrado pessoas que acreditaram em mim, celebraram meus sonhos e dividiram comigo os desafios e as alegrias dessa jornada.

Aos meus professores e professoras, especialmente ao meu orientador, Diego dos Santos Reis, pela confiança, pelos ensinamentos e pelo compromisso com uma educação que transforma vidas. À banca examinadora, por ter aceitado o convite e pelas contribuições ao meu trabalho.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para que este sonho se tornasse realidade, o meu mais sincero agradecimento.

“Nossos passos vêm de longe.”
— Jurema Werneck

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as contribuições de intelectuais negros e negras para a educação brasileira, evidenciando os processos de memória, resistência e silenciamento que marcam suas trajetórias. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: de que forma a produção intelectual negra tem sido incorporada ou invisibilizada no campo educacional brasileiro? Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, configurando-se como um estudo do tipo estado da arte, com recorte temporal entre 2003 e 2025. O referencial teórico dialoga com autores como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Kabengele Munanga, Clóvis Moura e Nilma Lino Gomes, mobilizando conceitos como epistemicídio, racismo estrutural e colonialidade do saber. Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços legais, como a Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08, a produção intelectual negra ainda enfrenta mecanismos de invisibilização nos currículos escolares e na formação docente. Conclui-se que o reconhecimento e a valorização das epistemologias negras são fundamentais para a construção de uma educação antirracista, plural e comprometida com a justiça social.

Palavras-chave: Intelectuais negros/as; educação brasileira; epistemicídio; currículo; resistência.

ABSTRACT

This study aims to analyze the contributions of Black intellectuals to Brazilian education, highlighting the processes of memory, resistance, and silencing that have shaped their trajectories. It is guided by the following research question: How has Black intellectual production been incorporated into—or rendered invisible within—the Brazilian educational field? This is a qualitative study based on bibliographic and documentary research, conducted as a state-of-the-art review covering the period from 2003 to 2025. The theoretical framework draws on the works of Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Kabengele Munanga, Clóvis Moura, and Nilma Lino Gomes, engaging with concepts such as epistemicide, structural racism, and the coloniality of knowledge. The findings reveal that, despite important legal advances, such as Law No. 10,639/2003 and Law No. 11,645/2008, Black intellectual production continues to face mechanisms of invisibilization within school curricula and teacher education. The study concludes that recognizing and valuing Black epistemologies is essential for building an anti-racist, pluralistic educational system committed to social justice.

Keywords: Black intellectuals; Brazilian education; epistemicide; curriculum; resistance.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC Base Nacional Comum Curricular

DCNERER Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

ERER Educação das Relações Étnico-Raciais

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPC Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

UFPB Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO…….…….11

1.1 Carta Pedagógica: entre memórias, silenciamentos e descobertas**…….…...11**

1.2 Problema de pesquisa**…….…….14**

1.3 Objetivos**……..…….17**

2 PENSANDO A EDUCAÇÃO A PARTIR DAS EPISTEMOLOGIAS NEGRAS…...18

2.1 Formação social brasileira, escravidão e desigualdade racial**……18**

2.2 Currículo, poder e eurocentrismo**……...…19**

2.3 Epistemicídio e silenciamento**……..……..……21**

2.4 Intelectuais negros/as e resistência epistemológica**……24**

2.5 A Lei nº 10.639/03 e os desafios da implementação**……..25**

3 PERCURSOS E CAMINHOS DA PESQUISA……30

3.1 Tipo de pesquisa**……...…..33**

3.2 Procedimentos de coleta de dados**……..34**

3.3 Procedimentos de análise dos dados**…….…….35**

3.4 Justificativa da escolha metodológica**……35**

4 ENTRE VOZES, SABERES E CURRÍCULOS: A INTELECTUALIDADE NEGRA EM ANÁLISE…….37

4.1 Quem são as vozes mais ouvidas na produção acadêmica?**.....48**

4.2 Sobre o que se fala quando se fala da intelectualidade negra?**.....50**

4.3 Quais caminhos teóricos sustentam essas análises?**.....52**

4.4 Onde estão as/os intelectuais negras/os no currículo?**.....52**

5 CONCLUSÃO…….61

REFERÊNCIAS…….……63

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira é marcada por profundas desigualdades que se constituíram historicamente a partir de processos de exclusão social, racial, política e econômica. Nesse contexto, a produção do conhecimento não se deu de forma neutra, mas esteve diretamente associada a relações de poder que definiram quais sujeitos seriam reconhecidos como produtores de saber e quais seriam silenciados. A população negra, embora fundamental na construção da sociedade brasileira, teve suas contribuições sistematicamente invisibilizadas, especialmente no campo educacional.

Diante dessa realidade, torna-se necessário problematizar os modos pelos quais o conhecimento foi historicamente produzido, legitimado e difundido no Brasil, bem como compreender as formas de resistência construídas por intelectuais negros e negras[1] frente a esses processos de apagamento. Assim, este trabalho propõe analisar as contribuições desses sujeitos para a educação brasileira, a partir das categorias de memória, resistência e silenciamento, evidenciando tanto os mecanismos de exclusão quanto às estratégias de enfrentamento que atravessam suas trajetórias e produções.

1.1 Carta Pedagógica: entre memórias, silenciamentos e descobertas

A escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nasce de uma inquietação histórica, política e também pedagógica. A história da nossa sociedade foi construída a partir da exclusão e da negação de direitos a determinados grupos sociais. Enquanto uma maioria precisou lutar por sobrevivência e reconhecimento, uma minoria se consolidou em posições de dominação política, econômica e simbólica. Esse desequilíbrio histórico também se

[1] Neste trabalho, compreendem-se como intelectuais negros e negras os/as sujeitos/as negros/as que atuam na produção e circulação de conhecimentos, questionando formas hegemônicas de produção do saber e contribuindo para a visibilização das experiências, saberes e demandas da população negra. Essa compreensão considera a produção intelectual como espaço de problematização das relações raciais e de valorização dos conhecimentos construídos a partir das experiências étnico-raciais, conforme a perspectiva de Gomes (2010).

estende à produção e legitimação do conhecimento, influenciando diretamente o modo como a educação brasileira foi constituída e desenvolvida ao longo do tempo.

Nesse contexto, os sujeitos negros tiveram seus saberes, experiências e produções intelectuais historicamente colocados à margem, marcados pelo silenciamento e pela desqualificação. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que a escola e os espaços acadêmicos não são apenas locais de reprodução dessas desigualdades, mas também podem se constituir como espaços de transformação social. No entanto, por muito tempo, esses espaços foram atravessados pela reprodução de hierarquias epistemológicas eurocêntricas, que invisibilizam as contribuições negras na construção do pensamento educacional brasileiro, desconsiderando, inclusive, a nossa própria história.

Essa estrutura de desigualdade não se limita aos dados sociais, mas atravessa as trajetórias individuais, os processos formativos e as experiências cotidianas vividas nos espaços educacionais. É a partir dessas vivências e reflexões que se inscreve a carta pedagógica que inaugura este trabalho, como forma de tensionar essas ausências e afirmar outras possibilidades de pensar a educação.

Eu me chamo Lidiane Maria dos Santos Farias, sou natural de João Pessoa, Paraíba. Filha de Edvânia e Djalma, sou a primeira entre três irmãos. Aos 27 anos, decidi fazer uma travessia no tempo para narrar a trajetória que me trouxe até aqui — não apenas como estudante, mas como mulher negra em processo de consciência e construção identitária. Sempre gostei de estudar. Guardo com afeto a lembrança da minha primeira professora, tia Marilane, cuja forma amorosa e paciente de ensinar marcou profundamente minha infância. Talvez ali tenha nascido meu desejo de educar. Entre vogais e sílabas, “brincar de escolinha” era minha atividade favorita, e foi assim que ensinei meu irmão Leonardo a ler.

Na segunda série, conheci Edvania, uma menina que vivia em um abrigo. Tornamo-nos amigas. Eu a ajudava como podia, sem compreender que ela precisava de um suporte pedagógico mais estruturado. Ao final do ano, ela não retornou à escola. Segui minha trajetória, mas ela permaneceu na minha memória. Anos depois, vi seu rosto em uma reportagem televisiva: estava catando lixo para sobreviver. Aquela cena me atravessou. Perguntei-me como a vida podia ser tão desigual, tão injusta com uma criança.

Essa experiência marcou meu olhar sobre a educação. Passei a compreender que a escola pode ser mais do que um espaço de transmissão de conteúdos: pode ser lugar de acolhimento, proteção e transformação.

Meus pais foram meus primeiros educadores. Minha mãe, sem concluir o ensino fundamental, ensinou-me a ler. Meu pai, com escolaridade ainda mais limitada, ajudava-me com matemática. A educação, para minha família, sempre foi esperança.

Durante minha formação na escola pública, encontrei professores que fortaleceram meu desejo de seguir a docência. Ainda que eu tenha dito, em algum momento, que havia "caído por acaso" na Pedagogia, não demorou para perceber que essa escolha dialogava com minhas inquietações mais profundas. As discussões sobre desigualdade social, injustiça e exclusão me mostraram que educar é um ato político.

Meu reconhecimento como mulher negra ocorreu tardiamente. Venho de uma família diversa em tons de pele, mas marcada pela ausência de letramento racial — realidade comum em muitas famílias brasileiras. Foi na universidade, especialmente na disciplina de Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), que comecei a refletir criticamente sobre identidade, raça e pertencimento.

Recordo também das dificuldades emocionais durante a graduação. Houve momentos de exaustão e desânimo. Nas aulas do professor Alexandre Macedo, entretanto, algo se reacendeu em mim. Ele foi a primeira pessoa que me nomeou como mulher negra. Esse gesto, aparentemente simples, foi profundamente transformador. Iniciei ali um processo de reconstrução identitária que culminou, inclusive, na minha transição capilar — um movimento simbólico de aceitação e resistência.

Essa trajetória pessoal dialoga diretamente com o objeto desta pesquisa. Ao compreender os mecanismos de silenciamento que atravessam minha própria história, passei a questionar também o apagamento de intelectuais negros e negras na educação brasileira.

Esta pesquisa nasce dessa inquietação: por que conhecemos tão pouco sobre intelectuais negros/as que contribuíram para a formação da educação brasileira? Que mecanismos históricos sustentam esse apagamento? E de que maneira suas produções podem fortalecer a construção de uma educação antirracista?

Este trabalho é também um gesto de memória e compromisso. Compromisso com as "Edvanias" que cruzam nossas salas de aula. Compromisso com uma educação que acolhe, reconhece e transforma.

Axé.

1.2 Problema de pesquisa

A história da sociedade brasileira se deu a partir da exclusão e negação de direitos a determinados grupos. Enquanto uma maioria precisou lutar por sobrevivência, dignidade e reconhecimento, uma minoria se consolidou, desde o período colonial, em posições de dominação política, econômica e simbólica, instituindo hierarquias raciais que levaram o grupo negro a posições subalternas. Clóvis Moura (1998) aponta que a escravidão não foi apenas um modo de exploração trabalhista, mas também um projeto de organização social que deu ênfase à marginalização que se perpetuou para além do período pós-abolição e se manisfesta de muitos modos até a contemporaneidade.

A ausência de políticas públicas efetivas voltadas para a população negra fortaleceu um cenário de exclusão estrutural. Moura (1998) destaca, ainda, que a forma como a pessoa negra foi integrada à sociedade ocorreu de forma precária, mantendo-as sem acesso a direitos básicos como educação, participação política e entrada no mercado de trabalho formal. Esse processo favoreceu a naturalização de desigualdades raciais e minimizou as violências sofridas pela população negra, invisibilizando estratégias de resistência e sua produção de conhecimento. Esse desequilíbrio histórico se estende à produção e legitimação de conhecimentos, que influencia diretamente no modo como a educação brasileira foi constituída e como ela se organiza.

Nesse cenário de desigualdades, a dominação racial também se expressou e se expressa no campo simbólico e epistemológico. Com isso, o conhecimento se constituiu como um instrumento de poder, legitimando uns e silenciando outros através de uma triagem eurocêntrica universal. Nesse contexto, os sujeitos negros tiveram seus saberes, experiências e produções intelectuais largadas às margens do silêncio e desqualificação nos espaços formais de ensino, excluindo-os dos currículos, que reproduzem hierarquias epistemológicas raciais e de gênero e, consequentemente, reforçam as desigualdades.

Associados à escravidão, à marginalidade e com um protagonismo histórico minimizado, a população negra foi inserida numa memoria social seletiva. Moura (1998) discute que a população negra tem sua trajetória marcada por resistência que se expressa em revoltas, organizações coletivas e produções intelectuais e culturais que desafiam os grupos dominantes, embora tenham sido silenciadas na historiografia oficial.

No campo educacional, o currículo não se constitui como um espaço neutro de transmissão de saberes, mas como um território de disputas simbólicas e políticas. Conforme analisa Tomaz Tadeu da Silva (2010), toda teoria do currículo parte de uma questão central:

qual conhecimento deve ser ensinado, determinando, consequentemente, qual conhecimento é válido, legítimo e essencial para compor a formação de sujeitos. Todas essas escolhas não são feitas de forma aleatória, mas envolvem concepções de sujeito, aprendizagem, sociedade e cultura, que refletem interesses e relações de poder. Dessa forma, o currículo é um mecanismo de seleção que privilegia determinados saberes em detrimento de outros, legitimando esses conhecimentos e marginalizando ou deslegitimando conhecimentos que historicamente não se alinham às perspectivas dominantes.

Sob uma perspectiva pós-estruturalista, o autor destaca ainda que o currículo está profundamente vinculado à produção de identidades, uma vez que, ao selecionar e hierarquizar saberes, define também quais sujeitos e experiências são reconhecidos como centrais. Nessa lógica curricular, o currículo se configura como um instrumento de poder epistemológico, além de reforçar valores e visões de mundo que tendem a estabelecer hegemonias e consolidar uma visão específica de conhecimento, historicamente marcada pela valorização de referências eurocêntricas, em prejuízo de produções intelectuais oriundas das experiências negras e de outros grupos subalternizados. Apple (2006), por sua vez, contribui com essa discussão ao afirmar que o conhecimento escolar reflete interesses de grupos dominantes, contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais.

Nesse sentido, compreender o currículo como espaço de disputa implica questionar não apenas quais conteúdos estão presentes, mas também os critérios que historicamente determinaram quais conhecimentos são reconhecidos como legítimos. No contexto desta pesquisa, essa disputa envolve a valorização e a inserção das produções intelectuais negras no campo educacional, não como simples acréscimo de novos autores a um currículo já estabelecido, mas como possibilidade de tensionar a predominância de referências eurocêntricas e ampliar as formas de produção e legitimação do conhecimento. Disputar o currículo, portanto, significa também questionar quais sujeitos são reconhecidos como produtores de saber e quais permanecem historicamente silenciados.

Kabengele Munanga (2005) evidencia que, no Brasil, o racismo não se trata de uma individualidade, mas sim de movimento que se enraíza nas estruturas sociais, entre elas a escola. Para o autor, o sistema educacional brasileiro se desenvolveu a partir de uma lógica eurocêntrica que naturaliza a exclusão da história e da cultura afro-brasileira dos currículos, reforçando as desigualdades raciais e simbólicas. Essa ausência não é por acaso, e sim resultado de um racismo estrutural que define quais conhecimentos são legítimos e quais devem ser silenciados. Quando Munanga problematiza a forma pela qual o currículo escolar invisibiliza as contribuições negras, ele está ressaltando que a educação deve ser

comprometida com a diversidade e justiça racial, pois, diferente disso, contribui para a reprodução de estereótipos, negação da identidade negra e para a manutenção de relações desiguais de poder no interior da sociedade brasileira.

A partir dessa compreensão do currículo como espaço de disputa e poder, Lélia Gonzalez (1984) problematiza a produção do conhecimento no Brasil ao demonstrar que ela foi historicamente estruturada sob a lógica da dominação colonial e do racismo. Para a autora, a exclusão das contribuições africanas e afro-brasileiras da história e da cultura nacional constitui um dos mecanismos de manutenção das desigualdades raciais, legitimando perspectivas eurocêntricas em detrimento de outras formas de conhecimento.

Segundo González (2020), essa lógica produz não apenas a exclusão de conteúdos nos currículos escolares, mas também um apagamento simbólico da população negra enquanto sujeito histórico e intelectual. Ao reivindicar a valorização das experiências afro-brasileiras e afro-americanas, a autora aponta para a necessidade de uma educação comprometida com a diversidade cultural e com a superação das estruturas racistas que ainda organizam o campo do saber no país, definindo quais conhecimentos são reconhecidos e quais permanecem silenciados.

Em relação aos efeitos subjetivos desses processos, Frantz Fanon (2008) faz uma análise apontando que a dominação racial tem um impacto profundo na constituição do sujeito negro, que é visto constantemente como inferior. Isso interfere no reconhecimento social e intelectual da população negra e dificulta o acesso a espaços formais de legitimação do saber, contribuindo para a internalização de estigmas raciais. Dessa forma, a desigualdade educacional não deve ser compreendida de forma isolada e sim como um projeto amplo de dominação racial.

Diante dessa realidade, emerge a necessidade de problematizar o processo educacional brasileiro, questionando os lugares de produção do conhecimento e os critérios que definem sua legitimidade. Nesse sentido, este trabalho parte da compreensão de que a produção intelectual de negros e negras constitui um campo fundamental de resistência, memória e ressignificação, ainda pouco reconhecido nos espaços escolares e acadêmicos.

É a partir dessas reflexões que se constrói a seguinte problemática de pesquisa: de que forma a produção intelectual de negros e negras contribuiu para a construção da educação brasileira, considerando as dimensões da memória, da resistência e do silenciamento?

1.3 Objetivos

A definição dos objetivos desta pesquisa está diretamente relacionada às inquietações que emergem ao longo da minha trajetória acadêmica e formativa, especialmente a partir do contato com as discussões sobre relações étnico-raciais na educação. Durante esse percurso, tornou-se evidente a ausência e, muitas vezes, o silenciamento das produções intelectuais de negros e negras nos espaços escolares e acadêmicos, o que despertou questionamentos sobre quais conhecimentos são reconhecidos como legítimos e quais permanecem à margem dos currículos e das práticas educativas formais.

Essa percepção não se limita ao campo teórico, mas dialoga com experiências vividas nos espaços educacionais, nos quais a história e as contribuições da população negra frequentemente aparecem de forma reduzida, fragmentada ou invisibilizada. Diante disso, surge a necessidade de compreender de que forma essas ausências foram historicamente construídas, bem como os impactos desse processo na formação dos sujeitos e na organização do próprio sistema educacional brasileiro.

Nesse sentido, esta pesquisa se orienta pelo interesse em analisar as contribuições de intelectuais negros e negras para a educação brasileira, buscando não apenas evidenciar suas produções, mas também problematizar os processos de invisibilização que marcaram suas trajetórias. Ao mesmo tempo, o estudo pretende refletir sobre a importância da valorização das epistemologias negras na construção de uma educação comprometida com a diversidade, a equidade e o enfrentamento do racismo.

A partir dessas reflexões, a pesquisa tem como objetivo geral analisar as contribuições de intelectuais negros e negras para a educação brasileira, evidenciando os processos históricos de invisibilização e as formas de resistência presentes em suas trajetórias e produções. Para alcançar esse propósito, busca a) identificar intelectuais negros e negras que contribuíram para o campo educacional brasileiro; b) analisar os contextos históricos, sociais e políticos em que suas produções foram elaboradas; c) discutir o conceito de epistemicídio e seus impactos na educação, bem como d) refletir sobre a importância da valorização das epistemologias negras para a construção de uma educação antirracista.

2 PENSANDO A EDUCAÇÃO A PARTIR DAS EPISTEMOLOGIAS NEGRAS

A compreensão das contribuições de intelectuais negros/as para a educação brasileira exige uma análise que considere os processos históricos, sociais e epistemológicos que estruturaram a produção do conhecimento no país. Nesse sentido, a fundamentação teórica deste estudo apoia-se em perspectivas que problematizam a formação social brasileira, marcada pela escravidão, pelas desigualdades raciais e pelos mecanismos de exclusão que incidiram diretamente sobre a população negra. Ao mesmo tempo, busca-se evidenciar como, mesmo diante dessas condições, intelectuais negros/as produziram saberes, elaboraram formas de resistência e tensionaram as estruturas hegemônicas de conhecimento. Assim, este capítulo articula diferentes referenciais teóricos que permitem compreender as relações entre memória, resistência e silenciamento, destacando a centralidade dessas categorias na análise da educação brasileira.

2.1 Formação social brasileira, escravidão e desigualdade racial

O debate acerca do intelectual negro no Brasil envolve uma dimensão política, histórica e cultural diretamente associada à luta contra o racismo e, consequentemente, ao enfrentamento do silenciamento histórico de suas contribuições. Nessa perspectiva, Abdias Nascimento (1985) compreende a atuação do intelectual negro como parte de um projeto de resistência, comprometido com a valorização da identidade, da cultura afro-brasileira e com a denúncia das desigualdades produzidas pelo racismo. De modo semelhante, Gonzalez e Hasenbalg (1982) defendem que a valorização da identidade negra e o reconhecimento de seus direitos constituem elementos fundamentais para o enfrentamento das desigualdades raciais e sociais.

A problematização da educação, no contexto das relações raciais, também exige considerar os processos históricos de deslegitimação dos saberes produzidos pela população negra. A exclusão desses conhecimentos dos espaços formais de ensino contribuiu para a construção de uma educação marcada pela valorização de determinadas referências em detrimento de outras, afetando o reconhecimento da população negra como sujeito produtor de conhecimento. Nesse sentido, compreender a trajetória dos intelectuais negros e negras implica também analisar os mecanismos históricos que contribuíram para o silenciamento de suas produções, discussão que será aprofundada posteriormente a partir do conceito de epistemicídio.

Nesse cenário, a importância da Lei nº 10.639/2003 e a defesa da inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares adquirem relevância central. Para Nilma Lino Gomes (2014), a implementação dessa legislação não deve ser compreendida como uma simples inserção de novos conteúdos, mas como uma possibilidade de questionamento das estruturas curriculares historicamente construídas, promovendo outras formas de compreender o conhecimento e valorizando epistemologias historicamente marginalizadas. Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Gonzalez (2020) acerca da importância de reconhecer a contribuição da população negra e combater os processos de silenciamento e marginalização produzidos pelo racismo.

A memória ocupa um lugar central nas produções intelectuais negras, pois atua como instrumento de preservação de trajetórias, saberes e experiências que foram historicamente desconsiderados pelos discursos hegemônicos. Nesse sentido, Evaristo (2020) demonstra como a escrita pode constituir um espaço de elaboração da memória e de valorização das vivências negras, articulando passado, ancestralidade e resistência na construção de narrativas que rompem com processos de apagamento. A valorização da memória e da resistência negra também constitui um eixo fundamental da produção intelectual desses sujeitos. A historiadora Beatriz Nascimento (2006) ressignifica o conceito de quilombo ao compreendê-lo para além de uma organização formada no período escravista, destacando sua dimensão histórica, cultural e política enquanto espaço de resistência, preservação da memória e afirmação da identidade negra.

2.2 Currículo, poder e eurocentrismo

O Brasil é um país marcado por profunda diversidade étnico-racial, aspecto constitutivo não apenas de sua população, mas também de sua história e cultura. No entanto, apesar dessa pluralidade, o conhecimento socialmente reconhecido como legítimo e de qualidade permanece, em grande medida, atrelado a paradigmas eurocêntricos. A centralidade do saber produzido a partir de referenciais europeus sustenta, muitas vezes, a ideia de uma epistemologia universal, neutra e superior, invisibilizando outras matrizes de pensamento e formas de produção do conhecimento. Essa lógica contribui para a construção de uma hierarquia epistemológica que privilegia determinadas perspectivas e reduz a visibilidade das contribuições intelectuais negras.

No campo educacional, essa lógica manifesta-se também na seleção dos conhecimentos que passam a integrar os currículos, nos conteúdos considerados relevantes e

nas referências utilizadas nos processos de ensino e aprendizagem. Os processos históricos de construção da identidade nacional brasileira influenciaram a forma como determinados conhecimentos e narrativas foram privilegiados nos espaços de produção e transmissão do saber. Munanga (2010) evidencia como a ideologia da mestiçagem contribuiu historicamente para o ocultamento das desigualdades raciais e para a construção de uma narrativa nacional que frequentemente minimizou as experiências e contribuições da população negra. Dessa forma, a discussão sobre currículo também envolve disputas em torno de quais sujeitos, conhecimentos e perspectivas são reconhecidos e legitimados institucionalmente.

Para Clóvis Moura (1994), a marginalização da população negra no Brasil resulta de processos históricos de exclusão que ultrapassam as dimensões econômica e social, atingindo também os espaços de reconhecimento e valorização das contribuições negras na formação da sociedade brasileira. Ao analisar a trajetória da população negra, o autor evidencia como as narrativas oficiais frequentemente minimizaram sua participação histórica, política e cultural. Nessa mesma direção, Guerreiro Ramos (1957), ao propor uma crítica à sociologia brasileira, questionou a reprodução acrítica de modelos estrangeiros e defendeu uma produção intelectual comprometida com a realidade nacional. Embora partam de perspectivas distintas, essas contribuições permitem compreender que a produção do conhecimento não ocorre de maneira neutra, estando relacionada às disputas sociais, históricas e políticas que definem quais perspectivas são reconhecidas como legítimas.

Nesse sentido, o currículo constitui um importante espaço de disputa. Ao selecionar conhecimentos, autores, acontecimentos históricos e perspectivas que serão ensinados, o currículo também produz visibilidades e silenciamentos. Gomes (2011) compreende o currículo e os processos educativos como espaços de disputa de saberes, nos quais a presença ou ausência de determinadas referências interfere nos processos de reconhecimento, pertencimento e construção das identidades. Assim, a ausência de intelectuais negros e negras nos conteúdos escolares e nos processos formativos não pode ser compreendida apenas como uma escolha individual ou casual, mas deve ser relacionada às estruturas históricas que definiram quais conhecimentos ocupariam posições de maior legitimidade.

É nesse cenário que a reflexão de Sueli Carneiro (2003) sobre o epistemicídio contribui para compreender a dimensão mais profunda desse processo. A deslegitimação e o apagamento dos saberes produzidos por sujeitos negros não dizem respeito somente à ausência de determinados conteúdos, mas também às condições desiguais de reconhecimento, circulação e validação desses conhecimentos. O epistemicídio permite, portanto, compreender como as hierarquias raciais também se manifestam no campo da produção e

legitimação dos saberes.

As consequências dessas hierarquias ultrapassam o campo epistemológico e alcançam também dimensões subjetivas e identitárias. Quando determinados sujeitos são pouco apresentados como produtores de conhecimento, suas trajetórias e contribuições tornam-se menos reconhecidas nos espaços educativos. Como aponta Gomes (2014), a transformação das práticas educativas demanda mais do que a inserção pontual de conteúdos sobre a população negra, exigindo mudanças nas formas de compreender o currículo e os conhecimentos nele legitimados. Nesse sentido, uma educação antirracista pressupõe questionar não apenas o que é ensinado, mas também quem aparece como produtor de conhecimento e a partir de quais perspectivas a história e a sociedade brasileira são interpretadas.

Dessa forma, enfrentar o eurocentrismo presente na educação brasileira implica ampliar as referências que fundamentam os processos formativos e reconhecer a produção intelectual negra como parte constitutiva do conhecimento educacional e social brasileiro. Não se trata apenas de acrescentar novos nomes ou conteúdos ao currículo, mas de questionar as hierarquias que historicamente determinaram quais conhecimentos deveriam ocupar lugares centrais e quais permaneceriam à margem.

Compreender o currículo como espaço de disputa permite, portanto, perceber que os processos de silenciamento não significaram ausência de produção intelectual negra. Ao contrário, ao longo da história, intelectuais negros e negras produziram conhecimentos, denunciaram desigualdades, construíram interpretações sobre a sociedade brasileira e desenvolveram diferentes formas de resistência intelectual e política. É justamente a partir dessas trajetórias e de suas contribuições que se torna possível avançar para a discussão sobre a intelectualidade negra e seu papel na educação brasileira.

2.3 Epistemicídio e silenciamento

A problematização da educação no contexto das relações raciais encontra eco no pensamento de Sueli Carneiro (2003), que desenvolve o conceito de epistemicídio para compreender os processos históricos de deslegitimação dos sujeitos negros como produtores de conhecimento. Para a autora:

> Um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento "legítimo" ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. (Carneiro, 2003, p. 97).

A definição apresentada por Carneiro permite compreender que o epistemicídio ultrapassa a simples ausência de determinados conteúdos nos currículos escolares. Trata-se de um processo que atua sobre os próprios sujeitos, deslegitimando sua capacidade de produzir, transmitir e validar conhecimentos. Nesse sentido, a negação do acesso à educação de qualidade, a inferiorização intelectual e a desvalorização dos saberes produzidos pela população negra constituem mecanismos que contribuem para a manutenção de hierarquias epistemológicas e raciais.

Essa compreensão é fundamental para esta pesquisa, uma vez que o silenciamento das produções intelectuais negras não pode ser entendido apenas como uma ausência quantitativa de autores e autoras negras nos espaços educacionais e acadêmicos. A questão envolve também os critérios pelos quais determinados conhecimentos são reconhecidos como legítimos, os sujeitos autorizados a produzir saber e as perspectivas que passam a ocupar lugar de centralidade nos processos de formação.

Nesse sentido, a colonialidade do saber presente nas instituições educacionais e acadêmicas contribui para a manutenção dessas hierarquias epistemológicas, que silenciam produções intelectuais negras, indígenas e de outros grupos historicamente marginalizados. Diego dos Santos Reis (2022) argumenta que a universidade e os espaços formais de produção do conhecimento foram historicamente estruturados a partir de referências eurocêntricas que se apresentam como universais, neutras e legítimas, enquanto outras formas de conhecimento são constantemente inferiorizadas ou excluídas. Ao problematizar essa lógica, o autor evidencia a necessidade de repensar os espaços educacionais a partir de perspectivas e práticas comprometidas com a pluralidade de saberes, sujeitos e histórias.

Segundo Reis (2022), imbricados nas estruturas de dominação colonial, o racismo e o sexismo epistêmicos contribuem para a naturalização da exclusividade da tradição de pensamento ocidental, disseminada como forma sobrevalorizada de cultura em prejuízo de

práticas, cosmologias e conhecimentos não ocidentais. Esse processo produz justificativas assentadas em estereótipos essencializados, destinadas à inferiorização epistemológica e ontológica de grupos submetidos às violências das chamadas missões "civilizatórias", reguladas pelas "hierarquias raciais, binárias e essencialistas do fundamentalismo eurocêntrico hegemônico" (GROSFOGUEL, 2011, p. 346 apud REIS, 2022, p. 4).

Diversos pensadores denunciaram essa lógica excludente. Guerreiro Ramos (1957), por meio da proposta de "redução sociológica", questionou a dependência epistemológica brasileira em relação a modelos teóricos estrangeiros e defendeu uma produção intelectual comprometida com a realidade histórica e social do país. Essa perspectiva contribui para o reconhecimento de conhecimentos produzidos a partir das especificidades do contexto nacional, rompendo com a dependência intelectual em relação a referenciais europeus.

No campo educacional, essas relações de poder também se expressam no currículo. Ao selecionar determinados conhecimentos, autores, acontecimentos históricos e perspectivas como conteúdos legítimos, o currículo participa da construção de representações sobre quem produz conhecimento e quais saberes devem ser transmitidos. Assim, a ausência ou a presença reduzida de intelectuais negros e negras nos processos formativos pode ser compreendida como parte de uma dinâmica mais ampla de silenciamento e deslegitimação epistemológica.

Como destaca Gomes (2017), a presença da população negra e de suas contribuições no currículo possui implicações para a construção da identidade e do pertencimento dos sujeitos negros. A valorização dessas referências possibilita romper com representações historicamente marcadas pela inferiorização e reconhecer a população negra também como produtora de conhecimentos, culturas e interpretações sobre a sociedade brasileira.

Desse modo, o epistemicídio constitui uma categoria central para compreender o problema investigado nesta pesquisa. A partir dele, torna-se possível analisar como determinados conhecimentos e sujeitos são historicamente silenciados ou colocados em posições secundárias nos espaços de formação. Mais do que identificar a ausência de intelectuais negros e negras, interessa compreender os processos que contribuem para essa ausência e as relações de poder envolvidas na seleção, legitimação e circulação dos conhecimentos.

Entretanto, o silenciamento não significa ausência de produção intelectual. Ao longo da história brasileira, intelectuais negros e negras produziram conhecimentos, denunciaram desigualdades, construíram interpretações sobre a sociedade e desenvolveram diferentes

formas de resistência. Suas trajetórias evidenciam que, diante dos processos de exclusão e deslegitimação, também foram construídas estratégias de resistência intelectual e política.

Assim, compreender o epistemicídio implica reconhecer, simultaneamente, os mecanismos de silenciamento e as formas de resistência construídas pela população negra. É nesse movimento entre silenciamento e resistência que se insere a discussão sobre a intelectualidade negra, suas trajetórias e suas contribuições para a educação brasileira, desenvolvida no tópico seguinte.

2.4 Intelectuais negros/as e resistência epistemológica

A produção intelectual negra no Brasil é sinônimo de resistência, memória e luta contra o silenciamento histórico. Como a própria história aponta, negros e negras são criadores de saberes, práticas educativas e produção cultural que contribuiram para a formação social e para a educação, embora suas atuações tenham sido sistematicamente marginalizadas pelo racismo estrutural e polítivas de exclusão. Reconhecer a existência e a relevância desses intelectuais é um passo fundamental para compreender não apenas a história da educação brasileira, como também os mecanismos de apagamento que persistem nos espaços escolares e acadêmicos.

Um exemplo central é o de Luiz Gama (1830-1882), advogado autodidata, jornalista e poeta, que utilizou a palavra escrita e sua atuação pública como instrumentos de combate à escravidão e de conscientização política da população negra. Sua trajetória evidencia como a produção intelectual e a defesa do direito à liberdade também assumiram um importante caráter formativo, contribuindo para processos de educação política e emancipação social (Domingues, 2016). Ao construir esse legado, Luiz Gama rompe com a perspectiva que reduz a população negra à condição de objeto da educação, afirmando-se como sujeito ativo na produção de conhecimento e na luta por direitos.

Outro nome de destaque é o de Clóvis Moura (1925-2003), sociólogo que dedicou grande parte de sua produção intelectual à análise das relações raciais e da participação da população negra na formação da sociedade brasileira. Em *Sociologia do negro brasileiro*, Moura (1994) contesta interpretações que representam a população negra como passiva diante da escravidão, evidenciando o protagonismo das diversas formas de resistência construídas ao longo da história. Suas reflexões contribuem para compreender a importância da valorização das experiências e dos saberes negros no campo educacional, reafirmando a população negra como sujeito histórico e produtor de conhecimento.

Na mesma direção, a atuação de Abdias Nascimento (1914-2011) foi fundamental para compreender as relações entre cultura, identidade e educação. Intelectual, artista e militante do Movimento Negro[2] Nascimento (1985) denunciou o racismo e o apagamento histórico das contribuições da população negra para a formação da sociedade brasileira, defendendo o reconhecimento da cultura afro-brasileira como elemento constitutivo da identidade nacional. Suas reflexões contribuem para pensar a educação como um espaço de valorização das histórias, culturas e saberes negros, em oposição aos processos de silenciamento e deslegitimação que caracterizam o epistemicídio.

Por sua vez, Lélia Gonzalez (1935-1994) trouxe importantes contribuições ao analisar as intersecções entre raça, gênero e cultura na sociedade brasileira. A partir da categoria político-cultural da amefricanidade, Gonzalez (2020) critica as perspectivas eurocêntricas e evidencia a importância de reconhecer as contribuições históricas e culturais das populações negras e indígenas na constituição da identidade latino-americana. Suas reflexões oferecem importantes subsídios para pensar uma educação comprometida com a valorização da diversidade, o enfrentamento do racismo e a superação de práticas excludentes.

Esses exemplos revelam que, apesar dos processos históricos de silenciamento, a produção intelectual negra sempre existiu e se constituiu como prática de resistência. Conforme analisa Domingues (2007), o Movimento Negro desempenhou papel fundamental na denúncia das desigualdades raciais e na construção de estratégias voltadas à valorização da história, da cultura e dos direitos da população negra. Resgatar e reconhecer essas vozes constitui condição indispensável para a construção de uma educação mais democrática, plural e comprometida com o enfrentamento do racismo.

2.5 A Lei nº 10.639/2003 e os desafios de sua implementação

Uma importante conquista do Movimento Negro na luta por direitos sociais foi a aprovação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, após intensos debates políticos sobre desigualdades raciais e a necessidade de políticas públicas efetivas. Apesar desse avanço, a realidade educacional brasileira ainda evidencia graves desigualdades no acesso, na permanência e na trajetória escolar da população negra. A exclusão educacional manifesta-se

[2] Compreende-se o Movimento Negro como um movimento social constituído historicamente pela atuação de sujeitos, organizações e coletivos negros na luta contra o racismo e pelas transformações sociais. Considera-se, ainda, seu papel como sujeito educativo e produtor de saberes, uma vez que suas lutas contribuem para a construção, ressignificação e disseminação de conhecimentos sobre as relações étnico-raciais e para a educação da sociedade brasileira (Gomes, 2017).

de diferentes formas, incluindo as dificuldades de acesso e permanência no sistema de ensino, bem como a evasão escolar. Embora a evasão constitua uma das expressões da exclusão educacional, os fenômenos não são sinônimos, uma vez que há sujeitos que sequer conseguem acessar ou ingressar na escola e, portanto, não chegam a evadir. Essas desigualdades são atravessadas por fatores sociais e raciais, entre eles a invisibilidade histórica, cultural e epistêmica presente no processo de aprendizagem, questão que está no cerne deste trabalho.

A aprovação da Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), representa uma conquista histórica no enfrentamento desse processo de exclusão. A legislação tornou obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares,incluindo o estudo da História da Àfrica e dos Africanos, da luta dos povos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e da contribuição do povo negro na formação da sociedade nacional. Dessa forma, a legislação busca enfrentar um apagamento histórico que silenciou a presença e as contribuições da população negra. Contudo, ainda que constitua um marco importante, sua implementação encontra limites concretos. Gomes (2017) destaca que os índices de exclusão e desigualdade educacional são mantidos por uma série de práticas pedagógicas e curriculares que seguem reforçando o silenciamento e a marginalização dos povos negros e que a efetivação da educação das relações étnico-raciais depende de mudanças nos currículos, na formação docente e nas práticas pedagógicas.

Nesse processo de implementação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER) constituem um importante documento orientador, pois apresentam princípios e encaminhamentos para a efetivação da educação das relações étnico-raciais. As Diretrizes ampliam a compreensão da Lei nº 10.639/2003 ao indicar que sua implementação não deve se limitar à inclusão de conteúdos sobre a população negra, mas envolver a organização curricular, as práticas pedagógicas e a formação dos/as profissionais da educação. Desse modo, analisar a implementação da legislação implica considerar também as orientações estabelecidas pelas DCNERER e observar o distanciamento que pode existir entre aquilo que é normatizado e aquilo que se efetiva no cotidiano educacional.

No que se refere especificamente à formação docente, as DCNERER estabelecem responsabilidades para as Instituições de Ensino Superior. Conforme determina o Art. 1º, §1º, da Resolução CNE/CP nº 1/2004, as instituições devem incluir, nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais e

o tratamento de questões relacionadas aos afrodescendentes. Dessa forma, a implementação da Lei nº 10.639/2003 alcança também os espaços de formação inicial de professores/as, uma vez que a preparação dos profissionais da educação constitui condição fundamental para que a legislação se materialize nas práticas escolares.

As Diretrizes também orientam que a educação das relações étnico-raciais seja desenvolvida de maneira articulada à formação de atitudes, valores e conhecimentos, contribuindo para a valorização da identidade, da história e da cultura dos diferentes grupos que constituem a sociedade brasileira. Nesse sentido, a implementação da legislação não deve ocorrer apenas por meio de ações isoladas, projetos pontuais ou atividades realizadas em determinadas datas do calendário escolar. A proposta pressupõe uma abordagem contínua, capaz de atravessar os diferentes componentes curriculares, práticas pedagógicas e processos formativos.

Essa perspectiva evidencia a importância da transversalidade para a efetivação de uma educação antirracista. A temática étnico-racial não deve permanecer restrita a uma disciplina específica ou depender exclusivamente do interesse individual de determinados docentes. Ao contrário, precisa integrar o processo educativo de maneira articulada, permitindo que diferentes áreas do conhecimento contribuam para o reconhecimento das histórias, culturas, conhecimentos e contribuições da população negra.

A própria Universidade Federal da Paraíba estabelece, em sua regulamentação acadêmica, que a Educação das Relações Étnico-Raciais deve integrar obrigatoriamente os currículos dos cursos de graduação, podendo ocorrer por meio da transversalidade, como conteúdo dos componentes curriculares ou pela combinação dessas formas. A Resolução nº 29/2020 da UFPB também determina que a forma de oferta desse conteúdo esteja definida no Projeto Pedagógico de cada Curso. Desse modo, a análise da implementação da Lei nº 10.639/2003 no âmbito da formação docente exige observar não apenas a existência de uma disciplina específica, mas também de que maneira a temática é incorporada ao conjunto da formação.

É fundamental reconhecer que o currículo escolar não é um espaço neutro, mas um campo de disputas simbólicas e políticas que produz efeitos concretos na vida dos sujeitos e nas formas como determinados conhecimentos, histórias e identidades são reconhecidos no espaço escolar. Essas disputas não estão descoladas das condições materiais e sociais de existência, uma vez que a definição dos conhecimentos que serão legitimados como parte da formação escolar está relacionada às relações de poder que atravessam a sociedade. Conforme argumenta Tomaz Tadeu da Silva (1999), o currículo está implicado em relações

de poder e participa da produção de identidades e da legitimação de determinados saberes em detrimento de outros. Desse modo, é necessário questionar quais sujeitos e conhecimentos são privilegiados na organização curricular e quais permanecem historicamente invisibilizados. A ausência ou a presença limitada de referências negras, indígenas, femininas e de outros grupos socialmente marginalizados não constitui mero acaso, mas está relacionada aos direcionamentos que historicamente orientaram a seleção e a legitimação dos conhecimentos escolares.

Assim, a exclusão da história e da cultura afro-brasileira não pode ser compreendida apenas como uma ausência acidental, mas parte de um projeto histórico de manutenção da hegemonia eurocêntrica, que contribuiu para a invisibilização das contribuições negras na sociedade brasileira. Segundo Munanga (2010), o racismo estrutural se manifesta no sistema educacional justamente por meio dessa exclusão, dificultando o reconhecimento da diversidade cultural e impedindo a construção de uma identidade nacional verdadeiramente plural.

A inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, reafirmada também pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), deve ser compreendida como parte de uma transformação mais ampla. Gomes (2012) argumenta que a inserção das relações étnico-raciais na educação não deve ser reduzida à inclusão pontual de novos conteúdos, mas implica uma revisão das formas de produção e legitimação do conhecimento escolar. A autora defende a necessidade de descolonização dos currículos[3] e da construção de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização das epistemologias negras.

Nessa perspectiva, a Lei nº 10.639/2003 pode ser compreendida não apenas como um marco legal, mas como um resultado de uma luta histórica e como responsabilidade de transformação do currículo em um espaço de reconhecimento, resistência e valorização das histórias e culturas afro-brasileiras. Portanto, a análise da Lei nº 10.639/2003 como conquista política e curricular revela tanto os avanços obtidos pelas lutas do Movimento Negro quanto os desafios ainda presentes em sua implementação, pois sua efetivação depende de práticas pedagógicas comprometidas com a superação do silenciamento histórico, com o reconhecimento das contribuições afro-brasileiras e com a construção de uma educação antirracista.

É justamente nessa relação entre o que está previsto nos documentos normativos e aquilo

[3] A descolonização dos currículos compreende o processo de questionamento e transformação das formas de seleção, organização e legitimação dos conhecimentos escolares, buscando superar a predominância de perspectivas eurocêntricas e reconhecer outras formas de produzir e interpretar o conhecimento, especialmente os saberes e as contribuições históricas e culturais da população negra (Gomes, 2012).

que se efetiva nos processos formativos que se situa uma das questões centrais desta pesquisa. As orientações das DCNERER permitem estabelecer um parâmetro para analisar de que maneira a educação das relações étnico-raciais vem sendo incorporada à formação docente e aos currículos. Nesse sentido, estudos que investigam a estrutura curricular dos cursos de formação de professores/as tornam-se fundamentais para compreender os limites e as possibilidades de efetivação da legislação.

É nessa perspectiva que a investigação de Silva e Barros (2025), intitulada Por onde a lei se efetiva? O currículo do curso de Pedagogia da UFPB e os 20 anos da Lei nº 10.639/2003, contribui para a discussão. Ao analisarem a estrutura curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, as autoras identificaram que a disciplina específica sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é ofertada como componente optativo, embora outros componentes apresentem potencial para abordar a temática de forma transversal. A pesquisa também evidencia fragilidades na formação dos/as estudantes, demonstrando que a existência de orientações legais e de possibilidades curriculares não significa necessariamente que esses conhecimentos estejam sendo efetivamente apropriados durante a formação.

Desse modo, analisar a Lei nº 10.639/2003 implica considerar tanto os avanços produzidos pela legislação quanto os limites de sua efetivação. As DCNERER oferecem parâmetros para compreender o que se espera dos processos educativos e da formação docente, enquanto as pesquisas sobre os currículos permitem observar as distâncias entre essas orientações e as práticas concretamente desenvolvidas. Essa discussão será retomada posteriormente na análise do currículo do curso de Pedagogia da UFPB, articulando as determinações legais, as contribuições da literatura analisada e a experiência formativa vivenciada ao longo desta pesquisa.

3 PERCURSOS E CAMINHOS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta os caminhos metodológicos adotados para a realização da pesquisa, explicitando o tipo de estudo, os procedimentos de coleta e análise dos dados, bem como as escolhas teórico-metodológicas que orientam a investigação. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, desenvolvida a partir do estado da arte, com o objetivo de analisar as contribuições de intelectuais negros e negras para a educação brasileira.

A opção por esse percurso metodológico possibilita compreender como a produção acadêmica tem abordado essa temática, evidenciando tanto as contribuições quanto às lacunas presentes no campo investigado. Ao privilegiar a análise de produções científicas, a pesquisa busca mapear tendências, recorrências teóricas e ausências que revelam os processos de visibilização e silenciamento da intelectualidade negra no campo educacional.

A abordagem qualitativa justifica-se por permitir a interpretação aprofundada dos fenômenos sociais, considerando seus contextos históricos, culturais e políticos. Conforme discute Nilma Lino Gomes (2017), as pesquisas no campo da educação e das relações étnico-raciais demandam atenção às experiências dos sujeitos e às desigualdades estruturais da sociedade. Assim, não se trata apenas de analisar dados, mas de compreender processos históricos e sociais que produzem exclusões e resistências.

O estado da arte, enquanto procedimento metodológico, possibilita o levantamento e a sistematização de estudos já produzidos sobre determinada temática, contribuindo para a identificação de avanços, lacunas e perspectivas de investigação. Para isso, foram selecionados trabalhos acadêmicos publicados no período de 2003 a 2025, em bases de dados científicas, a partir de descritores relacionados à temática da intelectualidade negra e educação.

A análise dos dados foi realizada por meio da categorização temática, organizando as produções em eixos que dialogam com os objetivos da pesquisa, tais como: contribuições intelectuais, contextos históricos, processos de silenciamento e relevância para a educação contemporânea. Esse procedimento permitiu estabelecer relações entre os estudos analisados e o referencial teórico adotado.

Além desses procedimentos, esta pesquisa também se orienta pela perspectiva das escrevivências, conceito desenvolvido por Conceição Evaristo (2020), que compreende a escrita como expressão das experiências vividas, especialmente de mulheres negras. Para a autora, a escrevivência se constrói a partir das experiências individuais e coletivas,

articulando memória, identidade e resistência. As escrevivências rompem com a lógica de neutralidade do conhecimento e afirmam a legitimidade das narrativas produzidas por sujeitos historicamente silenciados. Escrever, desse modo, também se constitui como um ato político, na medida em que possibilita a afirmação de vozes invisibilizadas e a valorização de saberes que emergem da experiência.

Ao incorporar essa perspectiva, a pesquisa reconhece que a produção do conhecimento não é neutra, mas situada, atravessada por experiências sociais, raciais e históricas. Como afirma Sueli Carneiro (2003), o processo de produção do conhecimento no contexto brasileiro esteve historicamente marcado pelo epistemicídio, isto é, pela deslegitimação dos saberes produzidos por populações negras. Dessa forma, ao dialogar com produções de intelectuais negras, esta pesquisa busca não apenas analisar conteúdos, mas reconhecer trajetórias, memórias e formas de resistência que constituem a produção de conhecimento.

Esta pesquisa assume também uma dimensão política, uma vez que parte do reconhecimento de que a escolha do objeto, das referências e das questões que orientam a investigação não é neutra. O estudo dos intelectuais negros e negras constitui uma tomada de posição diante dos processos históricos de silenciamento e deslegitimação de seus saberes. Assim, a pesquisadora não se coloca como observadora externa e neutra da realidade investigada, mas reconhece que sua trajetória, suas experiências e suas inquietações também atravessam a construção da pesquisa. Assumir esse posicionamento implicado significa compreender a produção acadêmica como parte de uma disputa pela memória, pela legitimidade dos saberes e pela construção de uma educação antirracista.

Essa posição não se constitui apenas no momento da escrita deste trabalho, mas está relacionada ao próprio percurso formativo da pesquisadora. Mulher negra e periférica, realizou toda a sua educação escolar em instituições públicas e, durante esse percurso, não teve contato significativo com intelectuais negros e negras como referências de produção de conhecimento. Somente posteriormente, no decorrer da formação em Pedagogia, passou a perceber que grande parte dos conhecimentos construídos sobre a história do Brasil havia sido apresentada sob uma perspectiva predominantemente eurocêntrica, na qual a população negra e indígena aparecia sobretudo a partir da escravização, da exploração e das lutas contra a opressão, enquanto seus protagonismos, saberes e produções intelectuais permaneciam pouco evidenciados.

O contato com a universidade possibilitou a construção de um olhar mais crítico sobre essas ausências. Essa percepção foi fortalecida especialmente a partir da disciplina de Educação das Relações Étnico-Raciais, que ampliou a compreensão da pesquisadora acerca

das relações entre educação, racismo, currículo e produção do conhecimento. Posteriormente, a participação em um projeto de pesquisa coordenado pela professora Surya Aaronovich Pombo de Barros, a partir de um Estado da arte da produção sobre intelectuais negros e negras constituiu um momento significativo nesse percurso. O encontro com as trajetórias de tantos intelectuais negros e negras, que participaram da história e da produção intelectual, intensificou inquietações que passaram a atravessar a formação da pesquisadora: onde estavam esses sujeitos nas narrativas históricas e educacionais que haviam constituído sua própria trajetória? Por que intelectuais negros e negras de tamanha relevância permaneciam tão pouco presentes nos espaços escolares e acadêmicos? Por que a história do Brasil continuava sendo conhecida, em grande medida, a partir de uma perspectiva marcada pelo olhar colonizador?

Essas inquietações também se relacionaram ao processo de construção da própria identidade da pesquisadora. Durante grande parte de sua trajetória, foi identificada como "morena" ou "parda", sem que essas categorias fossem acompanhadas de uma compreensão mais aprofundada sobre seus significados sociais e históricos. Na universidade, a aproximação com os estudos sobre raça, etnia e relações raciais possibilitou um processo de reconhecimento enquanto mulher negra. Esse processo alcançou também a relação com o próprio corpo, quando a pesquisadora passou a questionar por que seu cabelo precisava estar constantemente alisado para ser considerado bonito e decidiu assumir seu cabelo crespo. Essa experiência foi compreendida como parte de um processo de reconhecimento, pertencimento e afirmação identitária.

Desse modo, assumir a escrevivência como perspectiva metodológica significa reconhecer que esta pesquisa não se construiu distante de quem a escreve. A trajetória da pesquisadora, suas experiências formativas, suas inquietações e seu processo de reconhecimento identitário participam da construção do objeto e das perguntas que orientam a investigação. A pesquisadora, portanto, anuncia-se a partir de dentro: não fala de um lugar neutro ou externo à problemática investigada, mas a partir de uma trajetória atravessada pelas experiências educacionais e raciais que também constituem o objeto deste estudo. A pesquisa torna-se, assim, um exercício de memória, reconhecimento e resistência, articulando a experiência individual às questões históricas e coletivas relacionadas ao silenciamento da intelectualidade negra.

É nesse percurso que o estudo das relações raciais deixou de ser apenas um tema de interesse acadêmico e passou a constituir uma questão que atravessa a própria formação da pesquisadora. Por muito tempo, houve dúvidas sobre os caminhos a seguir, mas o contato

com esses conhecimentos possibilitou compreender que o tema também a havia encontrado. A partir desse encontro, pesquisar as contribuições de intelectuais negros e negras para a educação brasileira tornou-se não apenas uma escolha acadêmica, mas também um compromisso com a valorização de conhecimentos e trajetórias historicamente invisibilizados e com o desejo de que esse conhecimento possa alcançar outros espaços e outras pessoas.

Assumir esse posicionamento implicado significa compreender a produção acadêmica como parte de uma disputa pela memória, pela legitimidade dos saberes e pela construção de uma educação antirracista. Desse modo, a metodologia adotada articula análise bibliográfica, abordagem qualitativa e perspectiva crítica, integrando a escrevivência como elemento fundamental para compreender as contribuições da intelectualidade negra para a educação brasileira.

3.1 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter bibliográfico, do tipo estado da arte, voltada para a análise das contribuições de intelectuais negros/as no campo educacional. A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a compreensão dos fenômenos sociais a partir de seus significados, contextos e interpretações, permitindo uma análise mais aprofundada das produções acadêmicas selecionadas.

Do ponto de vista dos objetivos, o estudo se aproxima de uma pesquisa de natureza exploratória e analítica, uma vez que busca identificar, sistematizar e problematizar as contribuições de intelectuais negros, bem como os processos de invisibilização e resistência presentes em suas trajetórias. A pesquisa se configura como um estudo do tipo estado da arte, ao mapear e analisar produções acadêmicas sobre a temática em um determinado recorte temporal específico, possibilitando a identificação de recorrências, lacunas, tendências e perspectivas teóricas predominantes. Ela não se limita, porém, à descrição das produções, mas busca compreender como o tema vem sendo abordado no campo acadêmico, evidenciando disputas, silenciamento e avanços na valorização da intelectualidade negra.

A perspectiva teórico-metodológica adotada dialoga com a concepção de história fundamentada na experiência, conforme discutida por E. P. Thompson (1981), para quem os sujeitos históricos devem ser compreendidos a partir das relações sociais, culturais e políticas nas quais estão inseridos. Nessa perspectiva, os intelectuais negros são analisados não apenas como produtores de conhecimento, mas como sujeitos históricos cujas trajetórias revelam

experiências de resistência, enfrentamento ao racismo e luta pela legitimação de seus saberes diante dos processos de silenciamento e epistemicídio.

3.2 Procedimentos de coleta de dados

A definição do corpus de análise desta pesquisa está diretamente relacionada à problemática que orienta o estudo: compreender de que forma a produção intelectual de negros e negras contribuiu para a construção da educação brasileira, considerando as dimensões da memória, da resistência e do silenciamento. A seleção dos artigos não ocorreu de maneira aleatória, mas foi guiada pela necessidade de identificar produções acadêmicas que dialogassem diretamente com essas categorias analíticas.

Um dos pontos de partida para a construção deste recorte foi a promulgação da Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. A escolha desse marco temporal se justifica por compreender que, a partir de sua implementação, intensificaram-se os debates acadêmicos sobre relações étnico-raciais e educação. No entanto, mesmo após mais de duas décadas da lei, ainda se observam lacunas significativas na abordagem dessas temáticas tanto no ensino básico quanto no ensino superior, o que levanta questionamentos sobre a efetividade de sua aplicação e sobre a permanência de uma lógica eurocêntrica na organização dos currículos.

Diante dessa inquietação, optou-se por realizar um levantamento de alguns artigos publicados entre os anos de 2003 e 2025, de modo flutuante, com o objetivo de compreender como a produção acadêmica tem se posicionado ao longo desse período. Esse recorte temporal também possibilitou observar permanências e mudanças nas abordagens sobre a intelectualidade negra, evidenciando que, embora haja avanços, ainda persistem desafios relacionados ao reconhecimento e à valorização dessas produções no campo educacional. A presença de estudos desde os primeiros anos após a promulgação da lei, como os trabalhos de Nilma Lino Gomes, até produções mais recentes, indica que a intelectualidade negra segue produzindo conhecimento e resistindo às formas de silenciamento historicamente impostas.

Para a composição do corpus, foram adotados critérios de inclusão que priorizaram artigos que abordassem diretamente a produção intelectual de sujeitos negros, suas contribuições para a educação ou discussões relacionadas às categorias de memória, resistência, silenciamento e epistemicídio. Também foram considerados estudos que estabelecem diálogo com o campo educacional, seja de forma direta, ao tratar da escola e do currículo, seja de forma indireta, ao discutir a formação social brasileira e suas implicações para a educação.

Por outro lado, os critérios de exclusão envolveram a retirada de produções que, embora abordassem a temática racial, não apresentavam relação direta com os objetivos da pesquisa ou não dialogavam com o recorte proposto. Dessa forma, buscou-se garantir maior coerência entre o material analisado e a problemática central do estudo.

A partir desses critérios, foi possível reunir um conjunto de artigos que permitiu identificar quais intelectuais negros aparecem com maior frequência nas produções acadêmicas, bem como analisar os principais eixos temáticos e perspectivas teóricas mobilizadas nesses estudos. Assim, o corpus selecionado não apenas reflete a produção acadêmica sobre o tema, mas também evidencia as tensões, permanências e lacunas que marcam o debate sobre a intelectualidade negra no campo educacional.

3.3 Procedimentos de análise dos dados

A análise dos dados foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, orientada pela leitura interpretativa dos artigos selecionados. Inicialmente, foi realizado o fichamento das produções, com o objetivo de identificar informações centrais, como autoria, temática, conceitos mobilizados e contribuições para o campo educacional.

Em seguida, os dados foram organizados em categorias analíticas construídas a partir dos objetivos da pesquisa e das recorrências identificadas nos textos. Nesse processo, foram definidos eixos de análise que orientaram a discussão dos resultados, tais como: Intelectuais negros/as como sujeitos históricos; Memória e resistência; Epistemicídio e silenciamento; Educação e currículo.

A análise buscou não apenas descrever os conteúdos presentes nos artigos, mas também estabelecer relações entre eles, identificando aproximações, tensões e limites nas abordagens. Dessa forma, os dados foram interpretados à luz do referencial teórico adotado, permitindo compreender como a produção intelectual negra tem sido abordada no campo acadêmico e quais são os desafios ainda existentes.

3.4 Justificativa da escolha metodológica

A escolha pela abordagem qualitativa e pelo estudo de caráter bibliográfico se justifica pela natureza do objeto investigado, que envolve a análise de produções acadêmicas e a compreensão de processos históricos, sociais e educacionais. Essa metodologia permite acessar diferentes perspectivas sobre a intelectualidade negra, possibilitando uma leitura

crítica das contribuições desses sujeitos e dos processos de invisibilização que marcaram suas trajetórias.

A opção pelo estado da arte como estratégia metodológica também se mostra adequada, uma vez que possibilita mapear o que vem sendo produzido sobre o tema, identificar tendências, recorrências e lacunas na literatura. Dessa forma, a pesquisa não apenas sistematiza conhecimentos já produzidos, mas também contribui para ampliar o debate e indicar caminhos para futuras investigações.

Além disso, a escolha desse percurso metodológico está alinhada ao objetivo de compreender a produção intelectual negra como parte de um campo de disputas, no qual diferentes saberes são legitimados ou silenciados. A adoção do estado da arte como procedimento metodológico também se justifica pela necessidade de compreender como a produção acadêmica tem abordado a intelectualidade negra ao longo do tempo, especialmente após a promulgação da Lei nº 10.639/03. Ao mapear essas produções, torna-se possível não apenas identificar contribuições, mas também evidenciar lacunas e silenciamentos que ainda persistem no campo educacional.

Assim, a metodologia adotada permite evidenciar não apenas as contribuições desses intelectuais, mas também os mecanismos que historicamente limitaram sua visibilidade no campo educacional.

4 ENTRE VOZES, SABERES E CURRÍCULOS: A INTELECTUALIDADE NEGRA EM ANÁLISE

A análise da produção acadêmica selecionada permitiu identificar tendências, recorrências temáticas e lacunas nos estudos que abordam intelectuais negros e suas contribuições para a sociedade e para a educação brasileira. A partir do levantamento realizado, foram analisados quinze artigos científicos publicados em diferentes periódicos, abrangendo principalmente as áreas da história, sociologia, educação e direito.

Observa-se que parte significativa da produção acadêmica concentra-se na análise da estrutura social brasileira e na atuação de intelectuais negros/as que problematizaram o racismo e as desigualdades raciais no país. Destacam-se estudos dedicados ao pensamento de Clóvis Moura e Abdias Nascimento, cujas obras são frequentemente mobilizadas para compreender as bases históricas e sociais da questão racial no Brasil. Esses trabalhos evidenciam como tais intelectuais contribuíram para a crítica das interpretações tradicionais da sociedade brasileira, enfatizando o papel das resistências negras na formação histórica do país.

Outro eixo importante identificado na produção analisada refere-se às discussões sobre resistência negra, especialmente por meio da trajetória de Luiz Gama. Os estudos dedicados a esse intelectual destacam sua atuação no campo jurídico, político e jornalístico, evidenciando sua importância na luta abolicionista e na defesa dos direitos da população negra ainda no século XIX. Tais pesquisas ressaltam a relevância de suas estratégias de enfrentamento à ordem escravocrata, bem como sua contribuição para a construção de uma tradição intelectual e política de resistência negra no Brasil.

Além disso, a análise dos artigos revela a presença de estudos que problematizam processos de silenciamento e invisibilização das produções intelectuais negras no campo acadêmico e educacional. Trabalhos que abordam o conceito de epistemicídio evidenciam como determinadas produções e experiências históricas foram sistematicamente marginalizadas nas narrativas oficiais e nos currículos escolares. Autoras como Lélia Gonzalez aparecem como referências fundamentais para compreender as críticas ao racismo estrutural e às hierarquias de conhecimento presentes na sociedade brasileira.

Por fim, observa-se também a presença de pesquisas voltadas para o campo educacional, especialmente no que diz respeito às discussões sobre currículo, diversidade e educação das relações étnico-raciais. Nesses estudos, destacam-se as reflexões de Nilma Lino Gomes, que

problematizam a necessidade de descolonização dos currículos escolares e defendem a valorização das produções culturais e intelectuais da população negra no espaço educacional.

Diante desse panorama, a análise foi organizada em quatro eixos principais, que orientam a discussão apresentada nos tópicos a seguir: (4.1) quem são as vozes mais ouvidas na produção acadêmica?; (4.2) sobre o que se fala quando se fala da intelectualidade negra?; (4.3) quais caminhos teóricos sustentam essas análises?; e (4.4) onde estão as/os intelectuais negros/as no currículo? A sistematização dos dados coletados foi organizada em um quadro analítico, apresentado a seguir, no qual se encontram descritas as principais informações dos artigos selecionados, incluindo autores, objetivos, contribuições, lacunas e os eixos temáticos identificados.

Quadro 1- caracterização das produções acadêmicas analisadas (2003-2025)

Autores	Ano	Intelectuais analisados
Santos, L. B. dos	2020	Abdias Nascimento e Antonio Bispo dos Santos
Carvalho, Joselene	2024	Abdias Nascimento
Pereira, A. L.	2011	Abdias Nascimento
Silva, S. R. da; Fagundes, G.	2022	Clóvis Moura
Assunção, Marcello F. M.	2022	Clóvis Moura
Rocha, gabriel dos santos	2020	Clóvis Moura
Silva, Sthefany Dionizio; Silva, Ivanderson Pereira da	2025	Não analisa um intelectual específico; discute produções de mulheres negras no campo científico da Educação e o silenciamento epistemológico
Domingues, Petrônio	2016	Luiz Gama
Vellozo, Julio Cesar; Almeida, Silvio Luiz	2020	Luiz Gama
Guimarães, Vinícius Ferreira; Marinho, Thais Alves	2024	Luiz Gama e Luiza Mahin
Cardoso, Cláudia Pons	2014	Lélia Gonzalez
Dos Santos, Jair Cardoso	2014	Luiz Gama

GOMES, Nilma Lino	2012	Nilma Lino Gomes
GOMES, Nilma Lino	2011	Nilma Lino Gomes
GOMES, Nilma Lino	2003	Nilma Lino Gomes

Fonte: elaborado pela autora (2026)

Quadro 2- Síntese analítica das produções acadêmicas

Autores	Eixo temático	Contribuições	Lacunas
Santos, L. B. dos	Memória e resistência	O artigo discute os projetos intelectuais de Abdias Nascimento e Antônio Bispo, destacando valores civilizatórios afro-brasileiros e quilombolas como formas de resistência e produção de saber. Contribui para a pesquisa ao compreender a intelectualidade negra como produtora de epistemologias e projetos sociais.	O artigo aborda a dimensão pedagógica de forma implícita, sem aprofundar como os valores civilizatórios podem ser incorporados às políticas educacionais e às práticas curriculares.
Carvalho, Joselene	Memória e resistência	O artigo analisa o jornal Quilombo como espaço de formação política e prática pedagógica antirracista. Destaca a atuação de Abdias Nascimento na valorização da identidade negra e na construção da consciência racial.	O artigo prioriza a dimensão histórica do jornal Quilombo, sem aprofundar o quilombismo como teoria política ou sua relação com a educação antirracista e as políticas curriculares

			contemporâneas.
Pereira, A. L	Intelectuais negros/as como sujeitos históricos	O artigo apresenta Abdias Nascimento como intelectual do pensamento social brasileiro, destacando sua crítica estrutural ao racismo, ao mito da democracia racial e às desigualdades herdadas da escravidão.	O artigo enfatiza a dimensão sociopolítica do pensamento de Abdias Nascimento, sem aprofundar suas implicações educacionais e curriculares.
Silva, S. R. da; Fagundes, G	Intelectuais negros/as como sujeitos históricos	O texto apresenta Clóvis Moura como referência para compreender a questão social brasileira a partir da centralidade das relações raciais, evidenciando o racismo como elemento estruturante e a resistência negra como parte fundamental da formação histórica do país.	O artigo privilegia a dimensão sociológica da obra de Clóvis Moura, sem aprofundar implicações educacionais, mas contribui ao demonstrar que a estrutura social brasileira foi constituída sobre relações racializadas.

Assunção, Marcello F. M.	Intelectuais negros/as como sujeitos históricos	O artigo apresenta Clóvis Moura como crítico da hegemonia branca na historiografia, destacando o racismo como problema epistemológico e a invisibilização do protagonismo negro como parte de um projeto historiográfico racializado.	O artigo aprofunda a crítica historiográfica de Clóvis Moura, mas não explora seus desdobramentos para a educação e o currículo escolar.
Rocha, gabriel dos santos	Intelectuais negros/as como sujeitos históricos	O trabalho contribui ao evidenciar que, para Clóvis Moura, as rebeliões escravas e os quilombos constituíram formas sistemáticas de enfrentamento ao modo de produção escravista. Ao interpretar a escravidão a partir da luta de classes, o autor desloca a resistência negra para o centro da formação histórica brasileira e demonstra que questão racial e questão social são inseparáveis. Para esta pesquisa, o texto sustenta a centralidade da resistência negra na constituição das contradições sociais do país.	Por se tratar de um trabalho publicado em anais de evento, o aprofundamento teórico apresenta caráter mais sintético. Além disso, a discussão não avança para implicações no campo educacional, demandando articulação com produções da educação antirracista.

Silva, Sthefany Dionizio; Silva, Ivanderson Pereira da	Epistemicídio e silenciamento	O artigo evidencia como o currículo e os livros didáticos operam como mecanismos de invisibilização de mulheres negras, reforçando hierarquias raciais e de gênero na produção e circulação do conhecimento. Ao problematizar a seleção dos conteúdos escolares, demonstra que o currículo atua como espaço de disputa epistemológica, legitimando determinadas perspectivas e marginalizando outras. Para esta pesquisa, o texto contribui ao sustentar que o silenciamento epistêmico se reproduz institucionalmente na educação básica.	O estudo concentra-se na área de Ciências, sem ampliar a análise para outras disciplinas ou para políticas curriculares mais abrangentes. Além disso, não articula diretamente a invisibilização das mulheres negras com intelectuais negras específicas, demandando diálogo com autoras como Lélia Gonzalez e Nilma Lino Gomes.
Domingues, Petrônio	Memória e resistência	O artigo analisa o reconhecimento de Luiz Gama como resultado de disputas políticas e historiográficas, evidenciando a memória pública como campo de disputa e o silenciamento histórico como processo estruturado.	Embora o artigo aprofunde a disputa pela memória de Luiz Gama no campo simbólico e historiográfico, não desenvolve desdobramentos para o campo educacional ou para a discussão curricular. A relação entre memória pública, educação antirracista e ensino de história pode ser aprofundada em diálogo com produções da educação crítica

Vellozo, Julio Cesar; Almeida, Silvio Luiz	Memória e resistência	O artigo evidencia Luiz Gama como pensador político radical e estrategista jurídico da resistência negra, articulando direito, insurreição e luta antiescravista como práticas de enfrentamento ao Estado escravocrata. Ao reinterpretar sua atuação sob a perspectiva do direito à resistência, o texto demonstra que a prática jurídica de Gama ultrapassava o campo técnico, constituindo um projeto político emancipatório. Além disso, ao mobilizar a categoria de epistemicídio, o artigo evidencia o processo de deslegitimação das trajetórias e produções intelectuais negras. Para esta pesquisa, o texto contribui para compreender o pensamento negro como teoria política e forma de resistência epistemológica.	O artigo concentra-se na dimensão jurídico-política da resistência de Luiz Gama, sem explorar as implicações pedagógicas ou a circulação de seu pensamento na formação escolar contemporânea. A articulação entre direito à resistência e educação antirracista demanda diálogo com produções do campo educacional.

Guimarães, Vinícius Ferreira; Marinho, Thais Alves	Epistemicídio e silenciamento	O artigo contribui ao evidenciar que o apagamento historiográfico integra uma estrutura racial de produção do conhecimento. Ao articular o conceito de epistemicídio à revalorização da memória negra, o texto fortalece o debate sobre disputa narrativa, legitimidade do saber e reconstrução histórica.	Não aprofunda implicações pedagógicas; não articula diretamente com políticas educacionais e currículo escolar; abordagem mais ensaística e sintética
Cardoso, Cláudia Pons	Intelectuais negros/as como sujeitos históricos	O artigo evidencia Lélia Gonzalez como intelectual central na construção de uma epistemologia crítica que articula raça, gênero e colonialidade. Ao mobilizar o conceito de amefricanidade, o texto afirma mulheres negras como sujeitas históricas e produtoras de saberes, rompendo com a ideia de uma epistemologia universal branca. A análise demonstra que o apagamento de intelectuais negras integra um processo de exclusão epistêmica vinculado à formação social brasileira.	O texto não desenvolve implicações para a educação escolar e o currículo, exigindo diálogo com o campo educacional.

Dos Santos, Jair Cardoso	Memória e resistência	O artigo contribui ao apresentar Luiz Gama como intelectual que articulou direito, imprensa, poesia e educação como instrumentos de luta política e afirmação da dignidade humana. Ao ultrapassar leituras restritas à sua atuação jurídica, o texto evidencia sua produção como estratégia ampla de resistência à ordem escravocrata. A análise reforça a compreensão do negro como sujeito histórico ativo e demonstra que a educação, ainda que não institucionalizada, operava como ferramenta de emancipação e conscientização social.	O artigo reconhece a dimensão educativa da trajetória de Luiz Gama, mas não aprofunda debates sobre currículo e educação antirracista.

GOMES, Nilma Lino	Educação e currículo	O artigo contribui ao demonstrar que o currículo escolar não é neutro, sendo historicamente estruturado a partir de uma perspectiva eurocêntrica que invisibiliza saberes, experiências e produções intelectuais da população negra. A análise reforça a compreensão do currículo como espaço de poder e disputa, evidenciando a necessidade de repensar conteúdos, práticas pedagógicas e materiais didáticos na construção de uma educação antirracista.	O texto discute currículo e relações raciais de forma ampla, sem investigar diretamente a presença de intelectuais negros nos currículos e materiais didáticos.

GOMES, Nilma Lino	Educação e currículo	O artigo evidencia que a educação participa dos processos de silenciamento ou valorização das produções intelectuais negras, defendendo mudanças estruturais nas políticas educacionais, no currículo e nas práticas pedagógicas para o enfrentamento do racismo.	O artigo aborda de forma ampla as políticas educacionais e os desafios da equidade racial, mas não analisa especificamente a presença ou ausência de intelectuais negros nos currículos escolares e na produção acadêmica educacional. Dessa forma, abre espaço para investigações sobre os processos de incorporação ou silenciamento das produções intelectuais negras no campo educacional.
GOMES, Nilma Lino	Educação e currículo	O artigo evidencia o papel da escola na reprodução de representações sobre a população negra e defende a valorização da cultura afro-brasileira no currículo como parte da construção de uma educação antirracista.	O artigo discute cultura negra e educação, mas não investiga diretamente a presença de intelectuais negros nos currículos escolares e conteúdos educacionais.

Fonte: elaborado pela autora (2026)

4.1 Quem são as vozes mais ouvidas na produção acadêmica?

A partir da organização dos dados obtidos na análise dos 15 artigos selecionados, observou-se que três deles discutem diretamente o pensamento de Abdias Nascimento, três abordam as contribuições de Clóvis Moura e quatro tratam da trajetória de Luiz Gama. Também foi identificado um estudo voltado para as reflexões de Lélia Gonzalez, três para as contribuições de Nilma Lino Gomes, especialmente no campo educacional e um que não aborda diretamente um/a intelectual específico/a, mas trata do silenciamento das produções de mulheres negras nos livros didáticos de Ciências.

Entre nomes de grande relevância está Abdias Nascimento com sua trajetória política e intelectual sendo abordada nas pesquisas que abordam o movimento negro e a luta antirracista na sociedade brasileira. Sua atuação militante, intelectualidade, fundação do Teatro Experimental Negro, são destaques nos estudos analisados. Os trabalhos de Santos (2020) e Pereira (2011), por exemplo, discutem aspectos centrais do pensamento desse intelectual e sua preocupação com a condição histórica da população afro-brasileira. Esses estudos mostram que Abdias Nascimento não apenas denunciava o racismo presente na sociedade brasileira, mas também defendia a valorização das experiências culturais, políticas e sociais da população negra.

Além disso, os autores destacam que o pensamento de Abdias dialoga com a ideia de valorização dos valores civilizatórios afro-brasileiros, especialmente aqueles associados às experiências quilombolas. Ao trazer essa discussão, os estudos apontam que a história da população negra no Brasil não pode ser compreendida apenas a partir da perspectiva da opressão, mas também das estratégias de resistência, organização e produção cultural desenvolvidas ao longo do tempo.

Outro nome de destaque na análise é Clóvis Moura. Sua interpretação crítica sobre a formação social brasileira, relações de classe e estratégias de resistência da população negra ao longo da história costumam ser ressaltadas nas pesquisas sobre suas obras. Suas produções contribuem para compreender os processos históricos de luta contra a escravidão e desigualdades raicias presente em nossa sociedade. Nos artigos de Silva e Fagundes (2022), Assunção (2022) e Rocha (2020), o pensamento desse autor aparece como uma referência importante para compreender as relações entre racismo, desigualdade social e formação histórica do Brasil. Esses estudos ressaltam que Clóvis Moura desenvolveu uma interpretação da história brasileira que busca evidenciar o protagonismo da população negra em diferentes

momentos históricos, pois a população negra não foi apenas vítima do sistema escravista, mas também sujeito ativo de diversas formas de resistência e luta.

Além disso, os trabalhos analisados indicam que as reflexões de Clóvis Moura contribuem para compreender como o racismo se articula com outras dimensões, como as desigualdades econômicas e as relações de poder. Dessa forma, seu pensamento continua sendo mobilizado por pesquisadores/as interessados/as em analisar criticamente a sociedade brasileira.

Luiz Gama também é figura de destaque nos estudos que ressaltam sua atuação como advogado, jornalista e poeta. Sua defesa jurídica para pessoas escravizadas são evidenciadas nas pesquisas. Pesquisas acadêmicas sobre Luiz Gama mostram que o interesse por trajetórias históricas de intelectuais negros envolvidos em processos de resistencia têm se fortalecido no campo da história brasileira. Nos trabalhos de Domingues (2016), Vellozo e Almeida (2020) e Guimarães e Marinho (2024) são discutidas diferentes dimensões da atuação política e intelectual de Gama. Esses estudos ressaltam sua importância no movimento abolicionista e evidenciam o papel fundamental que desempenhou na luta contra a escravidão no Brasil. Além disso, os autores também apontam que a trajetória de Luiz Gama permite compreender como sujeitos negros participaram ativamente das disputas políticas e jurídicas do século XIX, contribuindo para questionar interpretações historiográficas que historicamente invisibilizaram a atuação da população negra nos processos de transformação social.

Além de produções voltadas para a estrutura social da sociedade, aparecem também intelectuais que contribuem bastante para o campo educacional e discussões contemporâneas sobre relações raciais. Temos Lélia Gonzalez como intelectual negra central na construção de uma epistemologia crítica, articulando raça, gênero e colonialidade, para compreender mulheres negras como sujeitas históricas e produtoras de conhecimento, destacando o feminismo negro como forma de resistência política e intelectual.

No campo educacional, observa-se estudos relacionados às contribuições de Nilma Lino Gomes, cuja discussões são diretamente associadas à educação, diversidade étnico-racial e a construção de currículos comprometidos com uma perspectiva antirracista, reforçando a necessidade de repensar conteúdos, práticas pedagógicas e materiais didáticos, evidenciando o papel da escola na construção de uma educação antirracista.

As contribuições de Nilma Lino Gomes aparecem de forma mais evidente nos estudos voltados para o campo educacional e para as discussões sobre diversidade étnico-racial na escola. Nos artigos analisados, especialmente nos trabalhos de Gomes (2003), Gomes (2011) e Gomes (2012) são discutidos os desafios da construção de uma educação comprometida com o enfrentamento do racismo e com a valorização da história e da cultura afro-brasileira.

Essas pesquisas ressaltam a importância de repensar os currículos escolares e as práticas pedagógicas a partir de uma perspectiva que reconheça a diversidade presente na sociedade brasileira. Dessa forma, o pensamento de Nilma Lino Gomes tem sido amplamente mobilizado em estudos que buscam compreender o papel da educação na construção de práticas pedagógicas antirracistas.

Produções intelectuais de mulheres negras também aparecem em estudos voltados para o campo educacional. No trabalho de Silva e Silva (2025), por exemplo, as autoras analisam a presença, ou ausência, de contribuições de mulheres negras nos livros didáticos de Ciências. A pesquisa evidencia que, apesar dos avanços nas discussões sobre diversidade e inclusão na educação, ainda é possível identificar processos de invisibilização das produções intelectuais de mulheres negras nos materiais utilizados nas escolas. As autoras argumentam que esse silenciamento contribui para a manutenção de uma visão limitada sobre a produção do conhecimento científico, ao desconsiderar a participação histórica de sujeitos negros, especialmente mulheres negras, na construção do saber. Dessa forma, o estudo reforça a importância de repensar os materiais didáticos e os conteúdos escolares, de modo a promover uma educação mais plural e comprometida com a valorização das diferentes trajetórias e produções intelectuais presentes na sociedade brasileira.

A partir dessa investigação, percebe-se que parte significativa dos artigos sobre intelectuais negros/as no Brasil se dedicam a estudos sobre a estrutura histórica e representativa das desigualdades raciais e socioeconomicas em nossa sociedade. Muitos estudos priorizam o pensamento de intelectuais que elaboraram diversas críticas sobre a formação social brasileira, enfatizando o papel das resistências negras e experiências históricas da população afro-brasileira na constituição da sociedade.

4.2 Sobre o que se fala quando se fala da intelectualidade negra?

A partir da análise dos 15 artigos selecionados, foi possível identificar eixos temáticos recorrentes nas produções acadêmicas sobre intelectuais negros e relações raciais no Brasil. Os estudos abordam esferas sociais e históricas da população negra, destacando os temas formação social brasileira, resistências, processos de silenciamento das produções intelectuais e discussões sobre educação e relações étnico-raciais.

Quanto aos eixos temáticos identificados nos artigos analisados, temos discussões que se referem ao papel de intelectuais negros/as como interpretes da estrutura social brasileira. Os

estudos buscam compreender como esses pensadores elaboraram reflexões críticas sobre a formação histórica do país, especialmente sobre as relações raciais e desigualdades sociais.

Os estudos de Santos (2020) e Pereira (2011) apontam as reflexões de Abdias Nascimento sobre a condição histórica da população afro-brasileira e a necessidade da valorização das experiências culturais e políticas da população negra. No caso do estudo de Santos (2020), observa-se que o autor aproxima as reflexões de Abdias Nascimento das formulações de Antônio Bispo dos Santos, evidenciando como ambos elaboram projetos intelectuais que ultrapassam a denúncia do racismo. O artigo demonstra que esses pensadores propõem modelos alternativos fundamentados em matrizes afro-brasileiras e quilombolas, mobilizando a noção de valores civilizatórios como base para repensar a organização social e política da sociedade brasileira. A partir dessas reflexões, os estudos reforçam a compreensão de que a intelectualidade negra não deve ser vista apenas como objeto de marginalização, mas como produtora de projetos políticos que oferecem interpretações críticas para compreender a sociedade brasileira.

Outro eixo identificado nas análises refere-se às estratégias de resistência negra. Alguns estudos buscam evidenciar como sujeitos negros atuaram ativamente na luta contra a escravidão e desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira. Outros tratam das formas coletivas de resistência negra ao longo da história brasileira. Para esta pesquisa, essas reflexões são fundamentais, pois sustentam teoricamente a centralidade da resistência negra na constituição das contradições que marcam a sociedade brasileira.

Partindo desse pressuposto, parte das investigações analisadas volta-se para a compreensão dos processos de silenciamento que atravessam a produção e a circulação de conhecimentos elaborados por intelectuais negros/as, especialmente no que se refere à baixa presença dessas contribuições nos processos de formação. Essa perspectiva contribui para compreender que a educação não é um espaço neutro, mas um campo de disputas, no qual certos sujeitos e saberes são historicamente invisibilizados.

A partir desses estudos, torna-se possível compreender que o silenciamento das produções intelectuais negras se manifesta nas práticas educacionais e na organização do conhecimento escolar. Dessa forma, os artigos analisados contribuem para ampliar o debate sobre a necessidade de reconhecer e valorizar as epistemologias negras, evidenciando que a disputa por memória, representação e reconhecimento também se configura como uma disputa pela legitimidade dos saberes.

4.3 Quais caminhos teóricos sustentam essas análises?

A partir das análises foi possível identificar que as produções acadêmicas sobre intelectuais negros/as se baseiam, majoritariamente, em perspectivas que busquem entender a formação social brasileira a partir das relações raciais e das formas de resistência da população negra, assumindo um posicionamento comprometido com a problematização do racismo.

A crítica ao racismo estrutural é outra vertente teórica muito presente nos trabalhos analisados, sobretudo nas discussões fundamentadas em autores como Kabengele Munanga e Frantz Fanon. O racismo é compreendido como um fenômeno que ultrapassa atitudes individuais, estando enraizado nas instituições, práticas sociais e nas produções de conhecimento. Essa abordagem possibilita analisar como as desigualdades raciais se reproduzem no campo educacional, influenciando o acesso, a permanência e o reconhecimento de determinados sujeitos nos espaços de ensino. As análises fundamentadas nas teorias do currículo reforçam a compreensão de que o currículo é um espaço de disputa, no qual diferentes projetos de sociedade estão em jogo.

Dessa forma, as perspectivas teóricas predominantes nos artigos analisados revelam o esforço dos/as pesquisadores/as em construir leituras críticas sobre a sociedade brasileira. Ao articular diferentes referenciais teóricos, esses estudos contribuem para ampliar o debate sobre a centralidade da população negra na produção de conhecimento e na interpretação da realidade social.

4.4 Onde estão as/os intelectuais negras/os no currículo?

A análise dos artigos também permite identificar lacunas importantes na produção acadêmica sobre intelectuais negros/as, evidenciando que, apesar dos avanços e do crescente interesse pela temática, ainda persistem limitações no modo como essas discussões vêm sendo desenvolvidas. Uma das principais lacunas identificadas refere-se à baixa presença de mulheres negras entre as trajetórias intelectuais investigadas. No conjunto dos 15 artigos analisados, Lélia Gonzalez aparece como a única intelectual negra mulher estudada de forma específica, enquanto a maior parte das pesquisas concentra-se em trajetórias masculinas, especialmente de Abdias Nascimento, Clóvis Moura e Luiz Gama. Embora três dos artigos selecionados tenham como referência as contribuições de Nilma Lino Gomes, esses estudos estão direcionados principalmente às discussões sobre educação, currículo e relações

étnico-raciais, não tendo como foco a trajetória intelectual de Gomes enquanto objeto de investigação.

Essa concentração evidencia a necessidade de ampliar o olhar sobre a intelectualidade negra feminina e considerar outras trajetórias que também contribuíram significativamente para a produção do conhecimento e para a educação brasileira. Nesse sentido, nomes como Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro e a própria Nilma Lino Gomes constituem possibilidades importantes para o aprofundamento de pesquisas futuras, por suas diferentes contribuições para a literatura, história, epistemologia e educação, a produção intelectual e a reflexão sobre raça, gênero e sociedade. A ausência ou a presença reduzida dessas trajetórias no conjunto analisado não significa inexistência de produção intelectual negra feminina, mas revela uma seleção ainda restrita dos sujeitos que têm sido privilegiados pelas pesquisas localizadas.

Essa lacuna também precisa ser compreendida a partir da articulação entre raça e gênero. A menor presença de mulheres negras como objeto central das pesquisas pode indicar a permanência de desigualdades na própria produção e circulação do conhecimento, uma vez que mulheres negras enfrentam processos específicos de invisibilização que não podem ser explicados apenas pela dimensão racial. Ampliar as investigações sobre intelectuais negras significa, portanto, não apenas acrescentar novos nomes ao campo de pesquisa, mas reconhecer diferentes experiências, perspectivas e formas de produção intelectual que historicamente foram marginalizadas.

Ainda que algumas pesquisas abordam o currículo e os materiais didáticos, são limitadas as investigações que analisam, na prática, como as produções intelectuais negras são incorporadas nos processos de ensino e aprendizagem. Assim, torna-se fundamental o desenvolvimento de pesquisas que articulem teoria e prática, investigando de que maneira essas produções podem contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais críticas.

Ao considerar conjuntamente as lacunas identificadas nos 15 artigos analisados, percebe-se que, apesar das diferenças entre os objetos, intelectuais e perspectivas abordadas, existe uma recorrência significativa entre os trabalhos: a dificuldade de estabelecer uma articulação mais aprofundada entre a produção intelectual negra e sua dimensão pedagógica. Os estudos analisados apresentam importantes contribuições para compreender a memória, a resistência, a formação social brasileira, o racismo e os processos de silenciamento e epistemicídio. Entretanto, em grande parte das produções, essas discussões não avançam para uma reflexão sobre como os conhecimentos produzidos por intelectuais negros e negras podem ser incorporados à formação docente, aos currículos e às práticas pedagógicas.

A dimensão pedagógica, portanto, aparece de maneira desigual nos trabalhos analisados. Em alguns deles, pode ser percebida de forma implícita, quando as trajetórias intelectuais são apresentadas como formas de produção de conhecimento, resistência e formação de consciência. Em outros, entretanto, a relação com a educação escolar, o currículo e os processos de ensino e aprendizagem permanece praticamente ausente. Essa constatação é significativa, pois evidencia que reconhecer intelectuais negros e negras como sujeitos históricos e produtores de conhecimento não significa, necessariamente, reconhecer também a potência pedagógica de suas produções.

Nesse sentido, identifica-se entre as lacunas dos trabalhos analisados um ponto de convergência: o silenciamento da dimensão pedagógica da intelectualidade negra. Embora diferentes estudos contribuam para retirar esses sujeitos de lugares de invisibilidade histórica, ainda são pouco exploradas as possibilidades de transformar seus pensamentos, trajetórias e produções em referências para a prática educativa. A questão que se coloca, portanto, não é apenas saber quem são os intelectuais negros e negras e quais foram suas contribuições para a sociedade brasileira, mas também compreender de que maneira essas contribuições podem produzir deslocamentos no currículo, na formação docente e nas formas de ensinar e aprender.

Essa questão conduz à necessidade de pensar a educação antirracista não apenas como inserção de conteúdos sobre relações raciais, história e cultura afro-brasileira e africana, mas como uma práxis pedagógica. Isso implica compreender que uma educação antirracista exige reflexão e ação sobre as formas pelas quais determinados conhecimentos são selecionados, legitimados e transmitidos nos espaços educativos. Nesse processo, incorporar a produção intelectual negra significa também questionar a predominância de referenciais eurocêntricos e ampliar as possibilidades de reconhecimento de diferentes sujeitos como produtores de conhecimento.

Essa discussão encontra diálogo com a investigação de Silva e Barros (2025), intitulada “Por onde a lei se efetiva? O currículo do curso de Pedagogia da UFPB e os 20 anos da Lei nº 10.639/2003”, na qual as autoras analisam a estrutura curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba e investigam de que maneira os componentes curriculares podem contribuir para a efetivação da Lei nº 10.639/2003 na formação docente. A análise evidencia que, embora o currículo apresente componentes com potencial para abordar as relações étnico-raciais, a disciplina “Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” permanece como componente optativo no curso de Pedagogia. Além dela, as autoras identificam outros componentes que, em razão de

suas ementas e de seu potencial de discussão, podem contemplar a temática de forma transversal, como “Educação e Diversidade Cultural”, “Currículo e Trabalho Pedagógico” e “Educação de Jovens e Adultos” (SILVA; BARROS, 2025).

Os resultados apresentados pelas autoras evidenciam, contudo, uma distância entre a previsão da temática étnico-racial e sua efetivação na formação docente. Entre os/as participantes da pesquisa, 40% afirmaram desconhecer a Lei nº 10.639/2003 e 89% informaram não ter cursado nenhum componente que aprofundasse a temática racial. Esses dados reforçam que a presença da discussão racial no currículo não pode depender exclusivamente da existência de uma disciplina específica ou do interesse individual de docentes e estudantes. Ao contrário, a educação das relações étnico-raciais precisa atravessar a formação de maneira transversal, alcançando diferentes componentes curriculares e contribuindo para que futuros/as professores/as desenvolvam conhecimentos e práticas capazes de enfrentar o racismo no cotidiano escolar (SILVA; BARROS, 2025).

Essa discussão é particularmente significativa para esta pesquisa, pois permite aproximar duas lacunas identificadas: de um lado, a pouca articulação entre a produção intelectual negra e sua dimensão pedagógica nos artigos analisados; de outro, as fragilidades encontradas na formação docente para a efetivação de uma educação antirracista. Não basta, portanto, reconhecer intelectuais negros e negras como sujeitos históricos e produtores de conhecimento. É necessário que suas produções encontrem espaço nos currículos, na formação de professores e professoras e nas práticas pedagógicas, de modo que a intelectualidade negra não permaneça restrita ao campo da pesquisa acadêmica, mas possa também constituir referência para os processos de ensinar e aprender.

Esse contexto também possibilita refletir sobre a formação de professores e professoras nos cursos de Pedagogia, considerando o papel que esses espaços exercem na construção de práticas educativas comprometidas com a diversidade e com o enfrentamento do racismo. A formação docente constitui, portanto, uma dimensão fundamental para a efetivação de uma educação antirracista, uma vez que não é possível esperar que professores e professoras desenvolvam práticas pedagógicas comprometidas com a educação das relações étnico-raciais sem que tenham acesso, durante sua formação, a conhecimentos, referenciais teóricos e experiências que possibilitem compreender criticamente as relações raciais e seus efeitos na educação.

Nesse sentido, a análise do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), regulamentado pela Resolução nº 64/2006, permite observar uma distância entre aquilo que o documento anuncia e a forma como a temática étnico-racial se

materializa na formação. O PPC reconhece o/a professor/a como agente de reeducação das relações sociais e étnico-raciais e aponta para a necessidade de superação de exclusões sociais, culturais e raciais no campo educacional. Entretanto, o reconhecimento formal dessa responsabilidade não significa, necessariamente, que ela se efetive de maneira contínua na estrutura curricular e nas experiências formativas dos/as estudantes.

A análise desenvolvida pelas autoras evidencia, portanto, que a presença da temática racial no currículo não pode ser avaliada apenas pela existência de uma disciplina específica. A transversalidade constitui um aspecto fundamental para que a educação das relações étnico-raciais não seja compreendida como um conteúdo isolado, restrito a determinados componentes ou dependente do interesse individual de docentes e estudantes. Conforme apontam Silva e Barros (2025), a discussão racial precisa atravessar a estrutura curricular, possibilitando que diferentes áreas do conhecimento contribuam para a formação de professores/as preparados/as para uma atuação pedagógica antirracista.

Ao relacionar essa discussão com a análise das ementas do curso, observa-se que alguns componentes apresentam potencial para abordar questões relacionadas à diversidade, às relações sociais, ao currículo, aos movimentos sociais e à formação histórica da sociedade brasileira. Entretanto, a existência desse potencial não garante que a temática étnico-racial seja efetivamente trabalhada. É necessário distinguir, portanto, entre aquilo que pode ser abordado por determinada disciplina e aquilo que de fato é incorporado às práticas formativas. A análise evidencia, assim, uma distância entre a possibilidade prevista nos documentos curriculares e sua efetivação concreta na formação.

Essa distância também atravessa minha própria trajetória como estudante de Pedagogia. Embora tenha encontrado, na universidade, possibilidades de acesso a discussões sobre relações raciais e intelectualidade negra, esse contato ocorreu de maneira mais significativa a partir de componentes e experiências específicas. Foi especialmente por meio da disciplina de Educação das Relações Étnico-Raciais e da participação no referido projeto de pesquisa, que passei a reconhecer uma produção intelectual negra que até então havia permanecido distante da minha formação escolar. Essa experiência tornou mais evidente para mim que o acesso a esses conhecimentos não deveria depender de uma oportunidade específica ou da escolha individual de cada estudante, mas constituir parte efetiva e transversal da formação docente.

Essa percepção também permite compreender, a partir da minha experiência, que o silenciamento da intelectualidade negra não ocorre somente pela ausência absoluta desses sujeitos nos currículos, mas também pela forma fragmentada e descontínua como suas produções podem aparecer nos processos formativos. Durante minha trajetória escolar em

instituições públicas, tive pouco contato com intelectuais negros e negras apresentados como produtores/as de conhecimento. Na universidade, ao ampliar minhas leituras sobre relações raciais, comecei a identificar essas ausências e a questionar por que tantos sujeitos negros que participaram da construção da sociedade brasileira, da educação, da ciência, da política e da produção intelectual permaneciam pouco presentes nos espaços de formação.

Desse modo, a experiência vivenciada durante a graduação reforçou a compreensão de que a efetivação de uma educação antirracista exige mais do que a inclusão pontual de conteúdos ou a oferta de uma disciplina específica. Exige uma formação docente que assuma a temática étnico-racial como dimensão transversal do currículo, atravessando os diferentes componentes, áreas do conhecimento e práticas pedagógicas. A transversalidade, nesse sentido, não significa simplesmente acrescentar conteúdos sobre a população negra, mas questionar quais conhecimentos são legitimados, quais sujeitos aparecem como produtores de saber e quais perspectivas permanecem historicamente silenciadas.

Ao analisar essas ausências, percebi que elas não dizem respeito apenas aos documentos curriculares ou às pesquisas acadêmicas. Elas também dialogam com percursos formativos que, durante muito tempo, pouco apresentaram intelectuais negros e negras como produtores de conhecimento. Essa constatação reforçou a compreensão de que investigar essas trajetórias também significou reconhecer ausências que atravessam a própria formação docente.

Assim, a ausência mais evidente de intelectuais negros nos currículos reforça discussões presentes nos estudos analisados sobre epistemicídio e silenciamento. Tal questão demonstra que, mesmo após avanços legais e institucionais relacionados à educação das relações étnico-raciais, persistem desafios no reconhecimento dos conhecimentos negros como parte fundamental da formação docente e da produção do conhecimento educacional brasileiro.

Além disso, nota-se que, embora o conceito de epistemicídio esteja presente em parte das produções, seu uso, em muitos casos, ainda ocorre de forma pontual. Há, portanto, espaço para investigações que explorem de maneira mais consistente como os processos de silenciamento se manifestam no campo educacional, especialmente no que se refere à seleção de conteúdos e às práticas pedagógicas. Tal aprofundamento pode contribuir não apenas para a compreensão dessas dinâmicas, mas também para a formulação de estratégias de enfrentamento que promovam a valorização de diferentes saberes.

Outro aspecto que merece destaque é a ainda tímida articulação entre as categorias de memória, resistência e silenciamento, que, embora apareçam nos trabalhos analisados, nem sempre são exploradas de forma integrada. Investigações futuras podem avançar nesse

sentido, buscando compreender como essas dimensões se entrelaçam no contexto da educação brasileira.

Diante dessas lacunas, torna-se evidente a necessidade de aprofundar as pesquisas sobre a produção intelectual negra, especialmente no campo educacional. Ao evidenciar essas ausências, este trabalho também se insere como uma tentativa de contribuir para o fortalecimento desse debate, ao reafirmar a importância de reconhecer, valorizar e integrar diferentes perspectivas na construção do conhecimento.

Ao longo da construção desta pesquisa, compreender essas ausências deixou de ser apenas um exercício. A cada artigo analisado, tornou-se impossível não refletir sobre minha própria trajetória formativa e sobre os silenciamentos que também atravessaram minha experiência como estudante. Reconhecer a produção intelectual de homens e mulheres negras significou, ao mesmo tempo, ampliar meu olhar sobre a educação brasileira e compreender que muitas dessas vozes permaneceram distantes da minha formação escolar e universitária. Desse modo, esta pesquisa também se constitui como um movimento de reencontro e de reafirmação do compromisso com uma educação que reconheça a pluralidade das formas de produzir conhecimento. Assim, reforça-se a necessidade de uma produção acadêmica comprometida com a justiça social e com o enfrentamento das desigualdades que historicamente marcam a educação brasileira.

5 CONCLUSÃO

A realização deste trabalho possibilitou compreender que a produção intelectual de negros e negras ocupa um lugar fundamental na construção do pensamento social e educacional brasileiro, ainda que historicamente tenha sido marcado por processos de invisibilização e silenciamento. Ao longo da análise dos artigos selecionados, tornou-se evidente que esses sujeitos não apenas participaram da formação da sociedade brasileira, mas também produziram interpretações críticas da realidade, contribuindo de maneira significativa para a compreensão das desigualdades raciais, sociais e educacionais que ainda persistem no país.

A partir do levantamento e análise das produções acadêmicas, foi possível identificar que determinados intelectuais aparecem com maior frequência nos estudos, como Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Luiz Gama, Lélia Gonzalez e Nilma Lino Gomes. Esses autores se destacam por suas contribuições na denúncia do racismo estrutural, na valorização das experiências históricas da população negra e na construção de perspectivas críticas sobre a sociedade brasileira. Suas produções evidenciam que a população negra não pode ser compreendida apenas a partir de uma lógica de opressão, mas também a partir de suas múltiplas formas de resistência, organização e produção de saberes.

No entanto, a análise também revelou que essa recorrência em determinados nomes pode indicar uma limitação no campo de pesquisa, na medida em que outras trajetórias e produções intelectuais ainda permanecem pouco exploradas. Esse dado aponta para a necessidade de ampliação dos estudos, de modo a contemplar a diversidade de experiências e contribuições de intelectuais negros e negras, especialmente no que se refere à presença de mulheres negras, que ainda aparecem de forma reduzida nas produções analisadas.

Outro aspecto relevante diz respeito às perspectivas teóricas predominantes nos artigos. De modo geral, os estudos se fundamentam em abordagens críticas que buscam compreender a formação social brasileira a partir das relações raciais, das desigualdades estruturais e das formas de resistência da população negra. Nesse sentido, destacam-se contribuições das teorias do currículo, das epistemologias e das perspectivas negras, que permitem problematizar o racismo para além de ações individuais, compreendendo-o como um fenômeno que atravessa instituições, práticas sociais e a própria produção do conhecimento.

A partir dessas abordagens, a educação é compreendida não como um espaço neutro, mas como um campo de disputas políticas, no qual se definem quais saberes são considerados legítimos e quais são silenciados. Nesse processo, observa-se que o currículo e os materiais

didáticos desempenham um papel central na reprodução ou no enfrentamento dessas desigualdades, evidenciando a necessidade de repensar práticas pedagógicas e conteúdos escolares a partir de uma perspectiva comprometida com a diversidade e com a justiça social.

Nesse contexto, a análise realizada também evidencia que, mesmo após avanços importantes no campo das políticas educacionais, como a implementação da Lei nº 10.639/03, ainda persistem lacunas significativas na inserção das epistemologias negras nos currículos escolares e na formação docente. A permanência de referências predominantemente eurocêntricas nos espaços educacionais demonstra que o reconhecimento das contribuições intelectuais negras ainda ocorre de maneira limitada e desigual. Dessa forma, torna-se necessário compreender que a valorização dessas produções não deve ocorrer apenas de forma pontual ou comemorativa, mas como parte constitutiva da construção do conhecimento e da própria formação educacional brasileira.

Nesse sentido, o enfrentamento do epistemicídio e a construção de uma educação antirracista não constituem responsabilidade exclusiva da população negra. Trata-se de um compromisso coletivo, que envolve instituições educacionais, profissionais da educação, universidades e os diferentes sujeitos que compõem a sociedade brasileira. Reconhecer e valorizar os saberes e as produções intelectuais negras implica também questionar as estruturas que historicamente contribuíram para sua deslegitimação e silenciamento.

Quanto ao Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, embora o documento de 2006 apresente princípios voltados para a diversidade, inclusão e enfrentamento das desigualdades sociais, ainda são reduzidas as referências às produções intelectuais negras na organização curricular do curso. Essa constatação reforça a compreensão de que o debate sobre relações raciais muitas vezes permanece diluído em componentes mais amplos. Assim, questionar “onde estão os intelectuais negros no currículo?” significa também problematizar quais conhecimentos continuam sendo legitimados nos espaços universitários e quais permanecem marginalizados.

Além disso, os estudos analisados demonstram que os processos de memória, resistência e silenciamento não podem ser compreendidos de forma isolada. O silenciamento das produções intelectuais negras está diretamente relacionado às disputas pela memória e pela legitimidade do conhecimento, enquanto a resistência se manifesta justamente na produção de epistemologias negras que desafiam estruturas de exclusão. Dessa forma, intelectuais negros e negras não apenas denunciam desigualdades, mas constroem alternativas educacionais capazes de ampliar as possibilidades de compreensão da realidade brasileira.

Por fim, este trabalho reafirma a importância de reconhecer as produções intelectuais negras como fundamentais para a construção de uma educação antirracista, democrática e plural. Mais do que ampliar referências, trata-se de reconhecer sujeitos historicamente invisibilizados/as como produtores/as de conhecimento e transformação social. Assim, discutir intelectuais negros e negras no campo educacional significa também disputar projetos de sociedade, questionando estruturas excludentes e defendendo uma educação comprometida com a valorização da justiça social e da pluralidade de saberes.

Mais do que responder ao problema que motivou esta investigação, esta pesquisa também representou um percurso de reencontro. Ao longo da leitura das produções de intelectuais negros e negras, tornou-se possível compreender que investigar essas contribuições significou, igualmente, revisitar memórias, reconhecer silenciamentos e reafirmar o compromisso com uma educação que valorize diferentes formas de produzir conhecimento. Penso que este TCC não encerra o debate, mas representa um convite para que outras pesquisas continuem ampliando as vozes e as histórias negras no campo da educação, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e antirracista.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais de. As injustiças de Clio revisitado: Clóvis Moura e a crítica da branquitude no campo historiográfico. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 15, n. 38, p. 231–252, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: Diretrizes Curriculares Nacionais – INEP. Acesso em: 28 ago. 2026.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: Parecer CNE/CP nº 3/2004. Acesso em: 27 ago. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: Resolução CNE/CP nº 1/2004. Acesso em: 27 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 965–986, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2003. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CARVALHO, Joselene. A luta antirracista de Abdias Nascimento a partir do jornal Quilombo (1948–1950): reflexões sobre o movimento negro e educação. **Transversos**, n. 30, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/transversos.2024.81467.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. DOI: 10.1590/S1413-77042007000200007.

DOMINGUES, Petrônio. A aurora de um grande feito: a herma a Luiz Gama. **Anos 90**, v. 23, n. 43, p. 389–416, 2016.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. **Revista Z Cultural**, Rio de Janeiro, ano XV, n. 3, 2020. Disponível em: https://revistazcultural.pacc.ufrj.br/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos-lugares-de-nascimento-de-minha-escrita/. Acesso em: 14 jul. 2026.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, p. 75–85, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 1, 2011. DOI: https://doi.org/10.21573/vol27n12011.19971.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS. B.; MENEZES, M. (Org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. pp. 492-516.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-7984.2011v10n18p133

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 127-138.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Vinícius Ferreira; MARINHO, Thais Alves. Do epistemicídio à valorização historiográfica negra: Luiz Gama e Luiza Mahin. **Revista Mosaico – Revista de História**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 182–190, 2024. DOI: https://doi.org/10.18224/mos.v17i1.13932.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1994.

MUNANGA, Kabengele. Educação e diversidade cultural. **Cadernos Penesb**, n. 10, p. 38-54, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Global, 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. São Paulo: Selo Negro, 2010.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 1985

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTS, Alex (org.). **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Instituto Kuanza, 2006. p. 117-125.

PEREIRA, A. L. Para além do pensamento social hegemônico: Abdias do Nascimento e a condição afro-brasileira. **Revista Thema**, Pelotas, v. 8, n. 2, 2011.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Andes, 1957.

REIS, Diego dos Santos. A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a univers(al)idade. **Educação & Sociedade**, v. 43, p. e240967, 2022.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. A Lei nº 10.639/03 e o epistemicídio: relações e embates. **Educação & Realidade**, v. 43, p. 949–967, 2018.

SANTOS, Jair Cardoso dos. As várias faces de Luiz Gama: direito, poesia, jornalismo e educação como instrumentos da construção da dignidade humana. **Seminário Interlinhas**, v. 2, n. 2, p. 89–100, 2014.

SANTOS, L. B. dos. O pensamento de Abdias Nascimento e Antônio Bispo dos Santos acerca dos valores civilizatórios quilombolas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**, v. 12, n. 33, p. 456–471, 2020.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1105–1122, 2005.

SILVA, Lucibele Eduarda Bento da; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Por onde a lei se efetiva? O currículo do curso de Pedagogia da UFPB e os 20 anos da Lei nº 10.639/2003. In: SILVA, Andréa Giordanna Araujo da; OLIVEIRA, Ariosvalber de Souza; FONSECA, Ivonildes da Silva (org.). A Lei 10.639/03 nas encruzilhadas da educação. Campina Grande: Editora da UEPB, 2025. p. 103-124.

SILVA, Sthefany Dionizio; SILVA, Ivanderson Pereira da. Reflexões acerca do silenciamento das produções de mulheres negras nos livros didáticos de Ciências. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, v. 7, 2025. DOI: https://doi.org/10.47149/pemo.v7.e15375.
SILVA, Sandra Regina Vaz da; FAGUNDES, Gustavo. Clóvis Moura e a questão social no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 2, p. 222–231, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e8413.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Universidade Federal da Paraíba. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 29/2020. Aprova o Regulamento Geral de Graduação da

Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2020. Disponível em: Regulamento Geral de Graduação da UFPB – **Resolução nº 29/2020**. Acesso em: 30 ago. 2026.

Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 64/2006**: aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Campus I. João Pessoa: UFPB, 2006. Disponível em: sig-arq.ufpb.br. Acesso em: 15 maio 2026.

VELLOZO, Julio Cesar; ALMEIDA, Silvio Luiz. "Saberei ensinar aos desgraçados a vereda do desespero": entre o crime de insurreição e o direito à resistência. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 57, 2020. DOI: https://doi.org/10.17808/des.57.971.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 07–17, 2010. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303. Acesso em: 30 ago. 2026.